



CONSÓRCIO DE ECONOMIA
SOCIAL E SOLIDÁRIA
YORK ST JOHN-ERASMUS

Promover os Estudos e as Práticas de Economia Social e Solidária:

Um manual de referência

Meredith, M. & Quiroz Niño, C. (Coords.), Arando, S.,
Coelho, L.S., Silva, M.F. & Villafuerte Pezo, A.M.

Capítulo 6: Capital Social



Com o apoio do programa Erasmus
Mundus da União Europeia



Publicado por:
Consórcio de Economia Social e Solidária
York St John-Erasmus

Versão 1, Setembro 2015

Este projeto (EMA3-372558) foi co-financiado pelo programa
Erasmus Mundus da União Europeia.

ISBN: 978-0-9934407-9-3

(E-book-PDF em Português)

Promover os Estudos e as Práticas de Economia Social e Solidária pelo Consórcio York St. John-Erasmus está licenciado sob uma licença Creative Commons. Atribuição-Não Comercial 4.0. Licença Internacional



www.yorks.ac.uk/socialeconomy

Como citar este trabalho:

Meredith, M. & Quiroz Niño, C. (Coords.), Arando, S., Coelho, L.S., Silva, M.F. & Villafuerte Pezo, A.M. (2015) *Promover os estudos e as práticas da Economia Social e Solidária no Ensino Superior*. York, Consórcio de Economia Social e Solidária York St John-Erasmus.

O conteúdo deste manual não reflete necessariamente as políticas e as visões da Comissão Europeia.



CONSÓRCIO DE ECONOMIA
SOCIAL E SOLIDÁRIA
YORK ST JOHN-ERASMUS

ÍNDICE

1. Introdução

2. Revisão de Literatura

2.1 Aproximações teóricas sobre o capital social

2.2 Perspetivas da América Latina

2.3 Perspetivas Africanas

3. Secção dialógica

4. Casos práticos

4.1 Banco de Tempo, York, Reino Unido

4.2 Mulheres pela Economia Local, Guiné-Bissau

4.3 Bairro Cooperativo, Sants

4.4 Projeto CREAARTE, Cuba

5. Atividades pedagógicas

5.1 Criar e manter vivo o capital social

5.2 O capital social em grupos informais

6. Competências profissionais

PÁGINA



“O capital social é a única forma de capital que não diminui ou se esgota com o seu próprio uso. Pelo contrário, cresce com ele”

Bernardo Kliksberg

1. INTRODUÇÃO

O capital social é determinado pelas relações que se estabelecem entre os indivíduos. É através destas relações que são alcançados objetivos que individualmente seriam inalcançáveis. O uso do conceito de capital social remonta às primeiras décadas do século XX, mas apenas o ocaso deste século viu a teoria do capital social atingir o seu ponto culminante.

O capital social é gerado em diferentes níveis, neste trabalho consideram-se apenas três, ainda que a literatura tenha criado bastantes mais.

- Capital social individual - capital que cada um desenvolve a partir das relações sociais que mantém (Mujika, Ayerbe, Ayerbe, Elola e Navarro, 2010).
- Capital social organizacional - determinado pelas relações que se desenrolam no seio de uma organização.
- O Capital social comunitário - determinado pelas relações dentro de uma comunidade.

Todas as organizações são geradoras de capital social. No entanto, os valores e os princípios que caracterizam as organizações de ESS permitem desenvolver um capital social diferente. Vários autores de referência reconhecem a importância das organizações de ESS na criação de capital social (Putnam, 1993; Coleman, 1990; Pradais, 2005; Cooke e Morgan, 1988). Além disso, a sua tradicional concentração da atuação ao nível local permitem que os benefícios potenciais do capital social não se limitem às organizações mas ajudem a desenvolver um capital social individual e comunitário mais rico, o que incrementa de forma exponencial os potenciais benefícios do capital social.

Por último, o capital social pode apresentar-se de forma diferente em diferentes contextos, a partir do momento em que as normas de reciprocidade sejam diferentes e os valores sejam interiorizados de forma distinta. Este trabalho dá um especial ênfase à procura de uma melhor visualização e compreensão do capital social a partir das diferentes perspetivas geográficas do projeto.

Glossário

Capital social: é o capital que se gera a partir das relações entre as pessoas. Graças a estas relações são atingidos objetivos que de forma individual não seriam alcançáveis.

Capital social individual: é o capital social que cada pessoa desenvolve a partir das suas relações.

Capital social comunitário: é o capital social que se cria a partir das relações entre pessoas dentro de uma comunidade. Estas relações desenvolvem valores que imprimem um carácter diverso a cada comunidade.

Capital social intra-organizacional: é o capital social que se cria dentro das organizações a partir das relações que se produzem na organização.

Relações: é a principal fonte geradora de capital social. As relações entre pessoas e organizações geram confiança e fazem cumprir normas, além de fomentar a cooperação, o que se traduz em mais capital social.

PERGUNTAS CHAVE DO CAPÍTULO

- Que propostas conceptuais sobre capital social se definiram até ao momento? E quais os níveis de capital social propostos?
- De que forma as organizações do setor social geram capital social?
- Como pode o capital social das organizações exercer influência nas políticas de emprego, sociais e ambientais?



Confiança: é uma das dimensões que gera capital social e faz referência às expectativas de reciprocidade e exposição ao risco que umas pessoas têm perante outras.

Normas de reciprocidade: é uma das dimensões que gera capital social e faz referência aos valores partilhados e regras não escritas que articulam as condutas das pessoas dentro de uma comunidade. As relações de dádiva e contra-dádiva são um exemplo.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 APROXIMAÇÕES TEÓRICAS SOBRE O CAPITAL SOCIAL

O argumento principal da teoria do capital social é que as relações são mesmo decisivas. As pessoas relacionam-se entre elas e mantendo essas relações atingem objetivos que de forma individual não conseguiriam alcançar.

Se se fizer uma analogia com o termo *capital* a partir de uma perspetiva económica, o capital social poder-se-á definir como um investimento nas relações humanas de que se espera obter uma rentabilidade (Lin, 2001). Além disso, caracterizar-se-á pelo facto de que quanto mais se utiliza mais cresce e se autorreproduz. De facto, Grootaert (1998), em nome do Banco Mundial, concebeu uma classificação bastante extensa do conceito de capital, enunciando-lhe quatro formas diferentes:

- capital natural, que faz referência aos recursos naturais com os quais conta um país.
- capital construído, em que se incluem o capital financeiro e o comercial.
- capital humano, que se reflete na saúde, na educação e na produtividade da população.
- capital social, que mede a colaboração social entre diferentes grupos e o uso individual das oportunidades surgidas a partir das ditas relações. As pessoas relacionam-se através de redes e tendem a partilhar valores com o resto das pessoas que interagem na rede, até que esta mesma se converte num recurso do qual se pode obter rentabilidade ou benefício.

Bourdieu (1986) define o capital social como o conjunto de recursos existentes ou potenciais relacionados com a posse de uma rede estável de relações mais ou menos institucionalizadas de mútua familiaridade e reconhecimento. Coleman (1988), por outro lado, define-o como “os aspetos da estrutura social que facilitam certas ações comuns dos agentes dentro da estrutura. Já Putnam (1993) entende o capital social como o conjunto de fatores intangíveis (valores, normas, atitudes, confiança, redes e semelhantes), que se encontram no seio de uma comunidade e que facilitam a coordenação e a cooperação para obter benefícios mútuos. Finalmente, Fukuyama (1995) descreve o conceito de capital social como a expectativa - que surge dentro de uma comunidade - de um comportamento normal, honesto e cooperativo, baseado em normas comuns, partilhadas por todos os membros da dita comunidade.

As instituições internacionais também não deixaram de dedicar uma especial atenção ao conceito do capital social. Assim, o Banco Mundial considera que capital social é o conjunto de “Instituições, relações, atitudes e valores que regem a interação pessoal e facilitam o desenvolvimento económico e a democracia”. A OCDE avança também com uma definição similar à do Banco Mundial e afirma que o capital social é formado por “redes juntamente com normas, valores e opiniões partilhadas que facilitam a cooperação dentro e entre os grupos”. (Portela e Neira, 2003, p. 106). O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) descreve o capital social como o conjunto de “Normas e redes que facilitam a ação coletiva e contribuem para o benefício comum”.

De todas estas definições é possível deduzir duas características que se repetem:

- São as relações entre diferentes agentes que geram o capital social.
- Estas relações geram valor, ativos e/ou oportunidades.

Como afirma Durston (2000), o paradigma do capital social defende que as relações estáveis baseadas na confiança, na reciprocidade e nas redes de cooperação podem contribuir para os seguintes benefícios:



- Reduzir os custos de transação.
- Produzir bens públicos.
- Facilitar a constituição de organizações de base efetivas e de atores sociais e de sociedades civis saudáveis.

Dimensões do Capital Social

A partir de uma perspetiva quantitativa e dado o seu carácter intangível, o capital social é um conceito difícil de medir, já que nele se consideram conceitos subjetivos, como os aspetos culturais e axiológicos, como afirma Mujika *et al.* (2010). Contudo, conforme se retém do mesmo trabalho, a maioria dos investigadores concordam que o capital social se apresenta através das seguintes dimensões (Putnam, 1993):

A confiança: é uma dimensão subjetiva do capital social que faz referência às expectativas de reciprocidade e exposição ao risco que umas pessoas têm em relação a outras (Barandiarán e Korta, 2011). A teoria do capital social diferencia, pois, diversos níveis de confiança:

- a. confiança generalizada (confiar na sociedade em geral, em estranhos ou coletivos particulares),
- b. confiança específica, que se refere à confiança na família, amigos, vizinhos ou companheiros de trabalho e
- c. confiança institucional, que se refere à confiança nas diferentes instituições (instituições públicas, igreja, partidos políticos, exército, sindicatos...).

A teoria sugere que a confiança tem efeitos positivos no desenvolvimento económico, na redução do crime e no exercício da democracia (Barandiarán *et al.* 2011).

As redes e o associativismo: as relações entre pessoas e organizações geram confiança e fazem cumprir normas, o que por sua vez faz com que se gere um capital social no grupo ou no território. Estas relações podem-se dar entre pessoas ou organizações com atributos comuns (*bonding*) ou entre os que têm atributos diferentes (*bridging*) (Barandiarán *et al.* 2011).

As normas de reciprocidade: as normas de reciprocidade assentam em valores partilhados e regras não escritas que modulam condutas sociais associadas a valores de carácter comunitário (Barandiarán *et al.*, 2011). Habitualmente, as condutas que geram estas normas de reciprocidade são a busca do bem comum, a tolerância face à diversidade, a solidariedade, o companheirismo ou a responsabilidade social entre várias pessoas. A presença destas condutas e valores facilita a criação de capital social (Glanville e Bienenstock, 2009; Molm, Schaefer e Collet, 2007)

Níveis de Capital Social

O capital social é determinado pelas relações que se dão entre os indivíduos. Cada pessoa ao longo da vida vai construindo o seu próprio capital social, que surge alinhado com as relações que tem mantido com outras pessoas nas diferentes facetas e momentos da vida. No entanto, a interação de diferentes pessoas num grupo cria outro capital social – grupal/coletivo – diferente. Alguns estudos, como o de Mujika *et al.* (2010), distinguem dois níveis de capital social: o individual e o comunitário. Outros autores, como Durston (2000), propõem uma classificação de quatro níveis: o capital social individual e o comunitário, o capital social grupal/coletivo (uma forma de capital social de nível intermédio entre os dois níveis anteriormente mencionados) e o capital social externo à comunidade, o que se desenvolve a partir das relações estabelecidas com o Estado ou outras entidades de maior dimensão.

Neste capítulo optou-se por uma classificação em três níveis:

- Capital social individual: é o capital social que cada indivíduo desenvolve e que consta do crédito que acumulou na sua rede de relações (Mujika *et al.* 2010). Este capital social individual vai-se criando através das relações interpessoais que vão variando de pessoa para pessoa.



- Capital social organizacional: o capital social organizacional é determinado pelas relações entre as pessoas operadas dentro de uma organização. Este nível de capital social corresponde ao nível de capital social grupal a que faz referência Durston (2000).
- Capital social comunitário: o capital social comunitário é determinado pelas relações entre pessoas no seio de uma comunidade.

A economia social e solidária como fonte geradora de capital social

Proposta de um modelo teórico: O Caso Mondragón

As organizações de economia social e solidária baseiam-se em valores que fomentam o capital social. Por exemplo, a Aliança Cooperativa Internacional afirma que as cooperativas se baseiam nos valores da entreajuda, autorresponsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Mais do que isso, os sócios das cooperativas devem atuar de acordo com valores éticos como a honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação para com o outro. O capital social está assim sustentado pela existência destes valores. Podemos mesmo afirmar os valores intrínsecos de outras famílias que pertencem também à ESS: *“a natureza, a vitalidade e a densidade da vida associativa está diretamente correlacionada com o capital social”* (Smith, Maloney e Stoker 2004, em Marcuello et al., 2008).

De facto, os autores de referência da teoria do capital social e outros estudos realizados a partir deste construto reconhecem a importância das organizações da ESS na criação de capital social. Putnam afirmara, já em 1993, que o capital social se gera precisamente onde se estabelecem relações horizontais, como ocorre nas cooperativas (incluindo-as deste modo na sua lista de associações e organizações onde existem as ditas relações). O mesmo autor (Putnam, 1993) afirma que a confiança e a cooperação são componentes essenciais do capital social. A cooperação e intercooperação são princípios básicos das organizações de ESS, podendo-se por isso deduzir que estas organizações favorecem a criação de capital social.

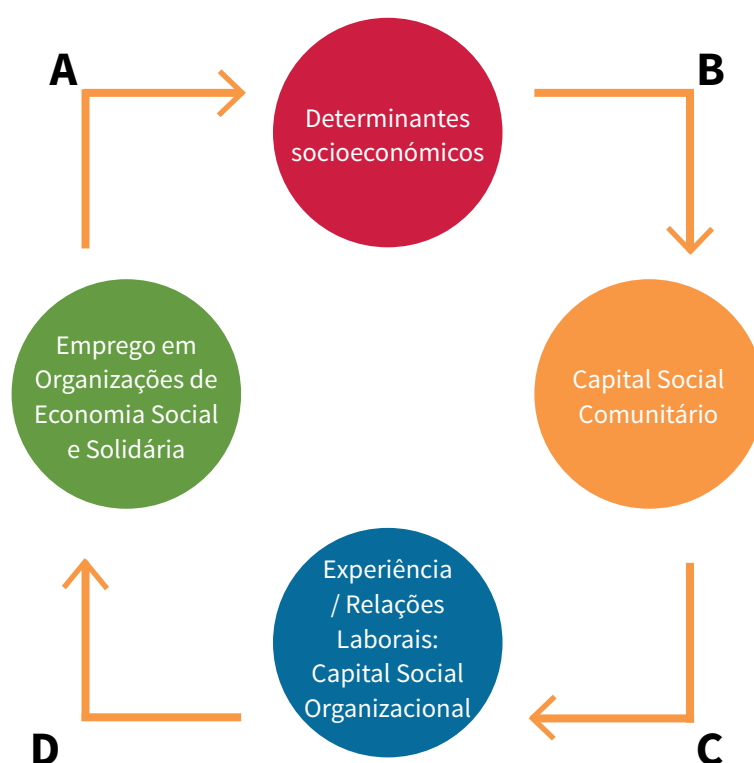
Coleman (1990), por outro lado, sugere que a estabilidade favorece a criação de capital social. A mobilidade geográfica provocada pela falta de estabilidade no trabalho faz com que não se criem os laços de união necessários para a criação de capital social. As organizações de economia social e solidária a partir do momento em que fomentam o emprego estável dentro do território onde se inserem são fonte de capital social. Pradais (2005) chegou à conclusão que um território com um grau elevado de cooperativismo diminui de forma importante a instabilidade laboral, especialmente a partir dos trinta e cinco anos, o que segundo Coleman contribuirá para o reforço do desenvolvimento de capital social.

Além disso, existem diversos estudos que unem o cooperativismo ao capital social. Assim, Cooke e Morgan (1988) apresentam o caso das cooperativas do Grupo Mondragón como um paradigma de desenvolvimento regional baseado no capital social e Mugarra (2005) analisa a experiência cooperativa no País Basco e os seus contributos para o capital social. Neste estudo, Mugarra revê os princípios e valores cooperativos e encontra claras referências a elementos do capital social, tais como: atitudes, valores partilhados, participação e solidariedade, cooperação e ajuda mútua, compromisso com a comunidade e responsabilidade social. Por último, Irizar e Lizarralde (2005) relacionam capital social com desenvolvimento regional, chegando à conclusão que economias com grande capital social conseguem altos níveis de desenvolvimento regional. Estes autores analisam o caso de Mondragón e o seu contributo para a economia basca, demonstrando os níveis de desenvolvimento local que têm sido conseguidos. Dessa maneira, relacionam também capital social e cooperativismo. A partir de um enfoque mais quantitativo, há estudos, como Jones e Kalmi (2009), que demonstram a existência de um maior capital social nas áreas onde se localizam cooperativas. Estes autores encontraram uma correlação positiva entre a distribuição das 300 maiores cooperativas e o nível de confiança das regiões e países onde estão situadas.

Na secção seguinte desenvolve-se um modelo teórico que explica o contributo das organizações da ESS para a criação de capital social.



Descrição do modelo



Este é um modelo que foi aplicado na Mondragón Unibertsitatea (*universidade* em Euskera, a língua basca) em vários dos projetos relacionados com o capital social.

A existência e a concentração de organizações de ESS geram capital social comunitário, o que favorece o desenvolvimento económico e social de uma região. Todavia, esta não é uma relação direta: poder contar com uma densidade importante de emprego em organizações de ESS incide favoravelmente em vários determinantes socioeconómicos de um território (Seta A) e o facto de ter indicadores socioeconómicos com valores muito positivos cria capital social comunitário (Seta B).

No entanto, as pessoas que trabalham em organizações de ESS contam com experiências e relações diferentes das que contam as pessoas que trabalham em organizações privadas ou estatais e estas diferentes relações criam um clima organizacional que gera um capital social organizacional próprio (Seta C). O capital social organizacional gerado em organizações de ESS gera maior capital social comunitário, segundo Arando, Gago, Freundlich e Ugarte (2012, pp. 41-54) (Seta D).

- **Relação das organizações de economia social e solidária e determinantes socioeconómicos do território (Seta A).**

A primeira relação proposta pelo modelo de Mondragón sugere que o emprego em organizações de ESS determina as condições socioeconómicas do território: estas organizações tendem a gerar condições sociais e económicas mais favoráveis para as pessoas que trabalham nelas e para as comunidades onde estão localizadas. A literatura científica neste âmbito não é extensa, mas já existe um número interessante de estudos em torno desta relação.

Seguindo Arando, Freundlich, Gago, Jones e Kato, 2011; Bartlett, 1994; Burdín e Dean, 2009; Clemente, Díaz e Marcuello, 2009, podemos afirmar que das variáveis socioeconómicas que são influenciadas pela existência das organizações de ESS está o emprego, nomeadamente a sua criação, a estabilidade de emprego e a taxa de insolvências de empresas. Assim, parece haver uma tendência para que as organizações de ESS gerem

mais emprego em geral, sendo este mais estável e de maior qualidade. Por outro lado, em países com um desenvolvimento muito heterogêneo entre a cidade e o meio rural, aquelas organizações contribuem significativamente para a coesão social do território, potenciando o desenvolvimento económico e social dos núcleos rurais em relação aos urbanos. Deste modo, prestam uma atenção especial à integração no mercado laboral das comunidades em dificuldades e à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Burdín e Deam (2009), por exemplo, demonstraram a excelência das cooperativas uruguaias na criação e manutenção do emprego em comparação com as empresas dos outros setores. Arando *et al.* (2011) mostra como o nível de emprego cooperativo no Grupo Mondragón tem sido muito estável em comparação com o nível de emprego na Comunidade Autónoma Basca em geral, ao longo de muitos anos, levando a contínuas taxas de emprego altas na comarca do Alto Deba, onde estas cooperativas têm uma forte presença.

Por último, existe também uma linha de investigação que explorou a relação do emprego com as organizações de ESS, concretamente o emprego gerado pelas cooperativas e o nível de admissões e/ou número de trabalhadores. Concluiu-se em diversas investigações que as cooperativas produzem melhores resultados que as empresas dos outros sectores no que toca a rendimentos e riqueza (Buchelet *et al.*, 2010; Kruse *et al.*, 2010; Pencavel *et al.*, 2006; Rosen, 2005). Este fenómeno também foi explorado na província de Guipuzkoa, País Basco. O Departamento Foral de Política Fiscal e Financeira do País Basco realizou uma investigação em 2004 (Urrutia, 2004), demonstrando que quatro dos cinco municípios do Alto Deba com mais de 1000 habitantes, onde se concentra o emprego cooperativo, têm níveis de rendimentos por declarante superiores à média da província.

- **Relação de indicadores socioeconómicos e capital social comunitário (Seta B).**

Diversos estudos de emprego e desenvolvimento local têm investigado a relação entre variáveis socioeconómicas e capital social comunitário. Um dos principais argumentos desta linha de investigação baseia-se nos efeitos que a desigualdade socioeconómica possa ter sobre o capital social comunitário numa determinada região. Este fenómeno foi reconhecido desde o dealbar das ciências sociais modernas (Séc. XIX). Nestas últimas décadas aumentaram os estudos que afirmam que a desigualdade é uma fonte de divisão social (Wilkinson e Pickett, 2010) e gera tensões, desconfiança, inveja e distância entre pessoas, fatores que não contribuem para a criação de um capital social comunitário saudável.

As organizações de economia social e solidária procuram reduzir as desigualdades de uma região apostando em salários mais equitativos, distribuindo o trabalho, fomentando a igualdade de género, apostando no emprego estável. Nos territórios com elevada densidade de organizações de economia social (como o Alto Deba no País Basco) os indicadores socioeconómicos são mais adequados e por isso é criado um maior capital social comunitário.

- **Relação entre as organizações de economia social e solidária e o capital social organizacional (Seta C).**

As organizações de economia social e solidária são entidades nas quais as relações se desenvolvem de forma diferente das organizações dos outros dois setores. Por exemplo, as políticas de comunicação e participação baseadas nos princípios de transparência e governo partilhado são as que permitem que os trabalhadores atuem de forma diferente no seu trabalho e que se relacionem de forma diferente entre eles e com o membros da direção da empresa, fazendo sugestões, colaborando em equipas, reduzindo gastos, melhorando a qualidade, inovando, etc. Esta forma diferente de relacionamento é a que cria um capital social organizacional mais rico nas organizações da economia social.

- **Relação entre o capital social organizacional e o capital social comunitário (Seta D).**

Parece lógico que os efeitos positivos do capital social organizacional não se limitam à organização em si mesma, antes se estendem à sociedade fomentando o capital social comunitário. As pessoas que trabalham em organizações com um alto grau de capital social organizacional (como organizações de economia social e solidária) provocam nas áreas onde vivem relações sociais diferentes, tanto em qualidade como em quantidade, criando um capital social comunitário diferente.



Mas também não deixa de ser verdade que a evidência tanto teórica como empírica que analisa a relação entre o capital social organizacional e capital social comunitário não é muito ampla, ainda que existam diversos estudos que relacionam ambos aspetos, através das organizações de ESS, concretamente do cooperativismo, conforme foi comentado anteriormente.

Evidência da criação do capital social

O capital social é entendido como um recurso a que se acede quando se dispõe de redes pessoais amplas com as quais se participa ativamente nos âmbitos económicos e sociais, num ambiente de confiança e que pode facilitar o desenvolvimento pessoal e social, assim como o desenvolvimento económico de uma sociedade (Instituto de Estatística do País Basco - Eustat, 2012).

Os indicadores projetados para o inquérito sobre o capital social do País Basco, realizado em 2007 e 2012 pelo Instituto de Estatística Basco (Eustat), confirmam uma diversidade de dimensões de relação, interação e participação geradas pelas pessoas em diversos contextos. Por outro lado, estas dimensões de relação, interação e participação refletem-se nas redes sociais de familiares e amigos, na confiança nas pessoas e nas instituições, na participação social, na cooperação, na informação e na comunicação, na coesão e na inclusão social e na felicidade e na saúde. A partir dessa perspetiva pode-se comprovar que os valores assumidos pela economia social e solidária permitem que estas dimensões estejam presentes e que sejam motor da criação de capital social, tanto dentro como fora das mesmas organizações.

Tendo em conta o anteriormente exposto, interessa-nos o estudo de indicadores e da sua possível adaptação para evidenciar o papel ativo que têm as organizações de economia social e solidária para gerar e consolidar as diversas dimensões de capital social dentro de um determinado território.

Quadro 6.1.

Organizações de economia social e solidária e indicadores sobre capital social

INDICADORES SOBRE CAPITAL SOCIAL	DESCRIÇÃO ADAPTADA ÀS ORGANIZAÇÕES DE ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA
Acesso ao apoio para a integridade mental (emocional)	Têm em conta e conhecem as pessoas ou coletividades com necessidades de apoio emocional dentro das suas próprias comunidades; criando grupos de ajuda mútua onde podem acudir conforme o requeiram.
Acesso a créditos	Apoiam uma educação e/ou alfabetização económica e financeira; facilitando o acesso a créditos através de pandeiros, fundos rotativos e cooperativas de crédito.
Acesso a apoio em caso de problemas de saúde	Apoio de familiares que convivem ou não, amigos, vizinhos e companheiros de estudo ou trabalho e a facilidade de solicitar apoio em caso de problemas de saúde.
Acesso a meios de comunicação	Uso de meios de comunicação tradicionais para se fazer visível e ser escutado.
Acesso à defesa e apoio como consumidores http://www.eustat.eus/documentos/opt_1/tema_216/elem_5634/definicion.html	Representam os consumidores na defesa dos seus direitos contra abusos de monopólio e outros temas que afetam de forma direta a sua condição como consumidores.
Coesão social	Geram e mantêm trabalho com sentido de pertença e uma colaboração intergeracional ativa.
Confiança em instituições	Antepor a segurança, o desenvolvimento e o crescimento das pessoas aos interesses económicos, promovendo um tratamento de género igualitário e horizontal.
Acesso à internet, meios e redes sociais virtuais	Tornam possível gerar uma identidade virtual comunitária para uma causa comum e que esta transcenda o contexto local.

INDICADORES SOBRE CAPITAL SOCIAL	DESCRIÇÃO ADAPTADA ÀS ORGANIZAÇÕES DE ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA
Resolução de conflitualidade e as assimetrias de poder	Trabalham para diminuir e/ou erradicar a conflitualidade normalizada dentro da comunidade e as assimetrias de poder
Cooperação	Cooperam para conseguir recursos básicos a preços exequíveis.
Anticorrupção	Lutam contra a corrupção e o abuso de poder.
Saúde holística	Oferecem apoios e serviços para manter uma saúde integral de forma exequível.
Acesso à informação	Dão acesso a informação chave para a tomada de decisões pessoais ou coletivas
Independência pessoal	Oferecem apoio nas decisões que afetam as atividades pessoais diárias.
Influência pessoal	Promovem o empoderamento das pessoas para uma identificação e trabalho vinculado com o seu ambiente circundante.
Influência em temas sociopolíticos	Fomentam atividades para desenvolver a identidade e interesse sociopolítico das pessoas e grupos de interesse para uma participação mais ativa e influente nas decisões que afetam o bairro ou vizinhança, município, comunidade ou região autónoma e nação.
Participação em associações	Incentivam o voluntariado, contribuição económica e pertença às associações.
Influência Política http://www.eustat.eus/documentos/opt_1/tema_216/elem_5618/definicion.html	Desenvolvem atividades sociopolíticas destinadas a defender causas com base nos direitos humanos.
Proximidade comunitária	Geram laços de união e fazem de ponte entre diferentes grupos de interesse de uma comunidade
Reciprocidade	Fomentam um alto nível de confiança e ajuda recíproca entre as pessoas e entre comunidades.
Relações pessoais na rede	Ativam contactos pessoais com familiares e amigos através de diferentes vias, bem como com companheiros de trabalho ou de estudo e com os vizinhos.
Equidade e igualdade aboral	Lutam pela equidade e por uma distribuição justa de recursos.
Equidade de género	Lutam pela valorização do trabalho realizado por mulheres e o respeito pelos seus direitos
Redução da desigualdade	Oferecem oportunidades para melhorar a qualidade de vida da população e dotá-la de poderes em todos os sentidos
Tamanho da rede social	Fomentam de forma contínua uma rede de projetos inovadores comunitários para ampliar o tecido sócio empreendedor.
Tamanho de rede próxima	Fomentam o fortalecimento do núcleo familiar e das amizades próximas como rede e apoio interno.
Voluntariado	Incentivam o valor do trabalho voluntário, em especial em áreas que não são cobertas por outros sectores económicos.

Fonte: Instituto de Estatística do País Basco (2012), Licença CC BY.

2.2 PERSPETIVAS DA AMÉRICA LATINA

O capital social para a ação coletiva, a subsistência e o bem viver

A América Latina é uma região onde a solidariedade, a reciprocidade e a confiança têm estado presentes na vida quotidiana e na construção das sociedades nas culturas tradicionais. Prática que em épocas de crise, de persistência da pobreza e de agudização da desigualdade adquirem força e estão vinculadas à ação coletiva para



a subsistência e o empreendimento - situações em que as respostas individuais se tornam quase (ou até mesmo) impossíveis.

“O interesse atual pelo conceito de capital social nos estudos sobre o desenvolvimento económico surge das limitações de um enfoque exclusivamente económico sobre a concretização das metas básicas do desenvolvimento: crescimento sustentado, equidade e democracia” (Portes, 2004, p. 149). A partir deste conceito começaram-se a criar pontes entre as diferentes disciplinas, já que a sua abordagem exige um olhar multidisciplinar, entre o social, o económico e o político, “[...] virtude que ganha ainda mais expressão no contexto de um neoliberalismo dominante, ao chamar a atenção sobre a solidariedade, a importância da rede, vinculando-a com aquele que parece ser o maior desafio: a irradiação da pobreza. O que não é de somenos, sobretudo, porque conta entre os seus principais patrocinadores os organismos que com maior êxito têm impulsionado o desenvolvimento do pensamento económico neoliberal” (Montaño, 2003, p. 69).

A persistência da pobreza e a desigualdade social na região torna expectável que os lares pobres devam aguçar todo o seu engenho para enfrentar a luta pela sobrevivência, já que de acordo com Hintze (2004) o capital social não pode ser desligado - e muito menos autonomizado - do capital económico, para cuja reprodução contribui.

Capital social na América Latina

Apesar da enorme quantidade de investigações e de reflexão dispersa em torno do conceito de capital social, as diferentes definições apresentadas mostram elementos comuns entre elas: relações entre indivíduos e grupos, redes, ação coletiva, estrutura social e confiança.

Os principais conflitos acerca das definições do capital social incluem:

- O que alguns definem como capital social, outros consideram como manifestações ou produtos do capital social.
- Alguns consideram o capital social como um conceito de dimensão *micro*, ao passo que outros acreditam que é um conceito *macro*.
- Alguns comparam o capital social com conceitos como normas e redes, enquanto outros preferem distinguir estes conceitos separadamente e como elementos componentes do paradigma do capital social.
- Alguns sustentam que o capital social está localizado em unidades como a sociedade civil, comunidades e famílias, incluindo esta localização na definição do mesmo. Outros sustentam que a localização do capital social não deve ser incluída na sua definição. (Siles, 2003, p. 39)

Arriagada (2003, pp. 18-21) da Comissão Económica para América Latina e Caraíbas (CEPAL) sustenta que existem insuficiências analíticas nos enfoques de capital social, entre as quais assinala as seguintes:

- **As desigualdades sociais e de poder.** A este respeito existem dois enfoques, o primeiro (o discurso de fundadores do conceito como Bourdieu) centra-se no conflito, destaca a existência de desigualdades nas dotações de capital social e no uso deste para a manutenção de posições de poder, considerando o conflito político e o conflito interno nas comunidades. O segundo enfoque destaca o consenso, a cooperação e a coordenação, aspetos mais relacionados com a confiança e a possibilidade de entregar ferramentas e capacidades aos menos dotados. Os organismos de desenvolvimento e os neo-institucionalistas costumam assumir esta última perspetiva. Uma das críticas ao discurso fundacional do capital social aponta para o seu carácter vago, pouco preciso, qualificando como tautologia o facto de se explicar o capital social simultaneamente como causa e como efeito - se não existe um conjunto de condições favoráveis, o capital social é insuficiente para produzir efeitos positivos, já que só as normas comuns, o controlo social e as sanções ao nível local não são determinantes isoláveis para gerar estes efeitos positivos. O ambiente macroeconómico e político mais amplo faz parte de um cenário que produz condições favoráveis para que as pessoas desenvolvam capacidades e rentabilizem os ativos do capital social. Por outro lado, a matéria-prima para construir capital social (capacidade para articular organizações, para trabalhar em equipa e praticar a ajuda mútua sobre a base de uma identidade partilhada), está presente em todas as sociedades.



- **A desigualdade de género.** A maioria dos estudos sobre capital social ignora as relações de género ou então centra-se exclusivamente nas redes masculinas, obviando as desiguais dotações de capital social entre as redes masculinas e femininas. O trabalho doméstico e voluntário das mulheres, sobretudo das mais pobres, produz fluxos importantes que não são levado em conta. A sobrecarga dos seus múltiplos papéis não se traduz necessariamente num maior e mais pleno exercício dos seus direitos de cidadania.
- **O capital social negativo ou perverso.** Os diferentes discursos sobre capital social insistem basicamente nas suas dimensões positivas. Existem todavia quatro consequências negativas: a exclusão dos indivíduos provenientes do exterior do grupo; as solicitações excessivas aos integrantes do grupo; as restrições à liberdade individual e às normas que nivelam para baixo. Geralmente associam-se as dimensões positivas à sociabilidade e as negativas aos comportamentos económicos, ou seja, à luta pelo controlo de recursos escassos. “No nível individual os processos aos quais alude o conceito [de capital social] são de dois gumes. Os laços sociais podem provocar um maior controlo sobre as condutas mais rebeldes e proporcionar um acesso privilegiado aos recursos; podem também restringir as liberdades individuais e vedar aos indivíduos exteriores o acesso aos mesmos recursos mediante preferências particularistas. Por esta razão, parece preferível focar antes estes processos múltiplos como factos sociais que se devem estudar em toda a sua complexidade, do que como exemplos de um valor” (Portes, 1999, citado por Arriagada).
- **O clientelismo** é um dos problemas centrais e mais antigos na relação entre organizações comunais e de base e os agentes estatais e não-governamentais na América Latina.

As dimensões e o paradigma do capital social

As principais dimensões incluídas no capital social de um grupo são a capacidade específica de mobilização de determinados recursos por parte do grupo e a disponibilização de redes de relações sociais. A mobilização vinculada às noções de liderança e empoderamento, bem como os recursos ligados à noção de associativismo e ao carácter de horizontalidade ou verticalidade das redes sociais, são outras dimensões do capital social.

Estas características deram origem à distinção entre as redes de relações no interior de um grupo ou comunidade (*bonding*), as redes de relações entre grupos ou comunidades similares (*bridging*) e as redes de relações externas (*linking*). Estas redes vão desde a contribuição ao bem-estar dos membros de uma rede (*bonding*) até à abertura de oportunidades aos grupos mais pobres e excluídos (*bridging*) e a sua vinculação com a política social e económica (*linking*). Neste sentido, o capital social de um grupo social poderia ser entendido como a capacidade efetiva de mobilizar, produtivamente, e em benefício do conjunto, os recursos associativos que radicam nas distintas redes sociais a que têm acesso os membros do grupo (Atria, 2003).

Ao capital social está subjacente um paradigma baseado na “influência das relações nas transações sociais, emocionais e económicas e contém conceitos obtidos de quase todas as ciências sociais. [...] inclui os seguintes elementos: capital social, redes, bens sócio emocionais, valores de arreigamento, instituições e poder. [...] os bens sócio emocionais são expressões entre pessoas que validam, expressam carinho ou provêm informação que incrementa o autorreconhecimento e auto respeito [...] são valorizados durante o intercâmbio e algumas vezes podem ser trocados por bens físicos e serviços. [...] Os bens sócio emocionais constituem o meio básico para os investimentos em capital social [...] e constituem objetos de preferência que influenciam a utilização de recursos” (Siles, 2003, p.42).

O capital social em perspetiva

O capital social é entendido como o conjunto de normas, redes e organizações construídas sobre relações de confiança e reciprocidade, que contribuem para a coesão, desenvolvimento e bem-estar da sociedade, bem como à capacidade dos seus membros para atuar e satisfazer as suas necessidades de forma coordenada em benefício mútuo. Deriva das relações das pessoas, tem uma certa persistência no tempo e como qualquer capital tende a acumular-se.



Na América Latina constitui-se como um meio para lutar contra a pobreza, o que faz com que o Estado, os organismos internacionais e os organismos locais de desenvolvimento fomentem a sua formação e crescimento. As experiências de associativismo são também impulsionadas para apoiar a execução da política social nos diferentes países de América Latina.

“O importante do capital social para os indivíduos e os grupos que o possuem é o potencial que lhes confere e do qual carece o indivíduo isolado. Ou seja, o essencial do capital social é que é uma capacidade. Representa a capacidade de obter benefícios a partir do aproveitamento de redes sociais” (Flores e Rello, 2001, p.3).

O nível de confiança inerente, como característica cultural de uma nação, condiciona o seu bem-estar e capacidade competitiva. Só as sociedades com um alto nível de confiança social poderão criar organizações empresariais flexíveis e de grande escala para competir com sucesso na economia global emergente.

Os estudos mostraram que existe uma significativa correlação entre o grau de capital social e os níveis de desenvolvimento social, económico e políticos alcançados pelas diferentes sociedades do mundo. Tal evidência indica que as sociedades que contam com um capital social elevado são prósperas, enquanto as nações que têm pouco capital social são povos atrasados onde a pobreza castiga a maior parte da população. Já não há pois dúvidas acerca da influência do capital social sobre o desempenho económico e político, muito menos sobre as possibilidades do seu fortalecimento e debilitação, porque os valores de confiança, solidariedade, cooperação e reciprocidade entre as pessoas não se conseguem de uma vez para sempre, mas antes se vão reduzindo e fortificando a partir das ações conjuntas e das experiências de trabalho comunitário e das metas alcançadas, pois o capital social surge a partir das relações e ações sociais que se do seu uso, que quanto mais se efetiva, mais se fortalece ou expande o raio de confiança e cooperação (Fukuyama, 1996, p. 193).

O capital social é utilizado pelas pessoas como instrumento para aumentar a sua capacidade de ação e satisfazer os seus objetivos e necessidades (por ex., obter emprego ou receber ajuda) e para facilitar a coordenação e cooperação entre as pessoas em benefício mútuo. É assim um ativo historicamente acumulado por uma sociedade a partir de:

- A ação organizada dos seus membros (individuais ou coletivos) sobre a base de determinadas normas sociais de cooperação.
- A interiorização de vários valores (confiança, solidariedade, reciprocidade).
- A existência de um tecido social (ou “redes de compromisso”, como as denomina), permitindo tal capital social uma maior eficácia na concretização do bem-estar

A existência de uma sociedade civil baseada em organizações horizontais incrementa a confiança social entre os indivíduos que as compõem, ao mesmo tempo que cria um ambiente social que exige e propicia um governo mais sensível e responsável em vista ao bem comum (Putnam, citado por Urteaga, 2013).

Uma sociedade forte gera uma economia e um Estado fortes e a base para a existência de uma sociedade forte é o compromisso cívico. O qual consiste num alto grau de identificação dos cidadãos com os interesses da comunidade em que vivem. Portanto, patriotismo, solidariedade e virtudes de cidadania constituem-se como conceitos centrais.

O interesse pelos assuntos públicos e a devoção às causas públicas são os signos chave da virtude cívica. A comunidade cívica caracteriza-se por ter uma cidadania ativa imbuída de preocupação pelo que é público, pelas relações públicas igualitárias, por um tecido social baseado na confiança e pela cooperação (em vez de uma vida social fragmentada e isolada e uma cultura de desconfiança).

O conceito de capital social vem sendo utilizado quando se trata de explicar as razões pelas quais duas regiões às quais se aplicam os mesmos esquemas político-institucionais apresentam desempenhos económicos distintos.

Entre essas diferentes razões destaca-se o grau e consolidação do capital social, uma realidade menos tangível que o capital humano (conhecimentos) ou o capital físico (bens materiais), embora decisiva para a atividade produtiva, para a satisfação das necessidades pessoais e para o desenvolvimento comunitário.

O capital social pode existir de forma latente entre pessoas ou grupos que partilham características comuns (adquiridas



ou herdadas) mas que não foram descobertas por eles. A conversão do capital social latente em capital social ativo requer interações ou situações especiais para que estas características comuns sejam reconhecidas. Entre as situações especiais podem-se citar duas. A primeira está relacionada com crises ou falhas estruturais como por exemplo uma catástrofe natural ou uma situação de penúria alimentar (fome) que fazem com que as pessoas se agrupem sobre a base das suas características comuns para poder lidar com o problema. A segunda está relacionada com intervenções externas, as quais podem ser os programas de desenvolvimento de comunidades. Em muitos destes programas requer-se uma ativa participação dos membros das comunidades receptoras da ajuda nas diferentes etapas do projeto, o que faz com que as pessoas que viveram na mesma comunidade por muitos anos reconheça as vantagens que se podem obter através de um trabalho comunitário (Siles, 2003).

O capital social, “[...] opera diariamente e tem um grande peso no processo de desenvolvimento. Hirschman (1984 citado por Kliksberg, 2000) de forma pioneira, apresentou a este respeito algo que merece toda a nossa atenção. Indica, o referido autor, que o “capital social é a única forma de capital que não diminui ou se esgota com o seu próprio uso. Pelo contrário, cresce com ele.”

O capital social nas comunidades indígenas e camponesas

No mundo rural existem duas formas diferentes de capital social: o individual e o coletivo ou comunitário. O capital social individual manifesta-se principalmente nas relações sociais de confiança e reciprocidade que se estabelece, estendendo-se através de redes egocentradas. O capital social coletivo ou comunitário expressa-se em instituições complexas, e tem um sentido de cooperação e gestão. Um dos elementos do capital social individual é o crédito que uma pessoa acumulou na forma de reciprocidade difusa que pode reclamar, em momentos de necessidade, a outras pessoas às quais brindou com serviços ou favores, de forma direta ou indireta, em qualquer momento do passado. Este recurso reside não na própria pessoa mas sim nas relações entre as pessoas. O capital social coletivo ou comunitário, por outro lado, consiste nas estruturas e instituições sociais de cooperação do conjunto total de pessoas de uma localidade. Não reside nas relações interpessoais diádicas (relativas a duas pessoas), mas antes nestes sistemas complexos, nas suas estruturas normativas de gestão e sanção. O capital está no sistema.

As características institucionais e as funções do capital social comunitário são: o controlo social por meio de normas partilhadas pelo grupo e a sanção por reprovação ou castigo dos transgressores; a criação de relações de confiança entre os membros do grupo; a cooperação coordenada em tarefas que excedem as capacidades de uma rede; a solução de conflitos por parte dos líderes ou de um aparato judicial institucionalizado; a mobilização e gestão dos recursos comunitários; a legitimação dos líderes e executivos com funções de gestão e administração; e a constituição de âmbitos e estruturas de trabalho em equipa.

Entre os benefícios mais específicos que se podem esperar do capital social comunitário figuram: a prevenção e sanção do aproveitamento injusto por parte de indivíduos (agentes de policiamento ou *free riders*) que pretendem beneficiar dos resultados do capital social sem se esforçar ou despender recursos próprios para o seu fortalecimento e a prossecução de uma série de bens públicos por meio destas formas coletivas de capital social, como a prevenção do delito, a construção de sistemas de risco ou a gestão de fundos rotativos (para financiamentos, mas sem limitações fiscais). A presença do capital social comunitário não é garantia de que estes resultados se produzam, já que tal depende da existência de um conjunto de condições favoráveis adicionais. A ocorrência desses benefícios muito menos se pode tomar como prova da presença de capital social comunitário. Contudo, a maioria dos efeitos mencionados estão ligados à existência de relações próprias do capital social comunitário, e é difícil imaginar que pudessem existir na ausência daquele.

O capital social comunitário, quando está presente, é um atributo destes sistemas sociais porque influi na sustentabilidade sistémica das instituições comunitárias. Em particular, “as relações com um forte conteúdo de intercâmbios cooperativos e de esforços articulados poderão contribuir para a reprodução do sistema institucional comunitário” (Durstun, 2002, pp. 27-32).



Para este autor o capital social comunitário não é um recurso individual, mas sim uma forma de institucionalização social da comunidade local. Os participantes no capital social comunitário têm como objetivo, de forma explícita ou implícita, o bem comum, ainda que não necessariamente o alcancem. Por outro lado, e diferentemente das instituições formais de bem comum (cooperativas, por exemplo), o capital social comunitário faz referência a práticas e relações interpessoais realmente existentes. A informalidade existente dentro e fora das organizações formais, a nível de comunidade ou do sistema social mais amplo, é o que determina como funcionam realmente essas instituições formais (Durstun, 2002).

CAPITAL SOCIAL e COSMOVISÃO ANDINA

De acordo com Diaz-Albertini (2003), a cultura representa uma fonte básica na construção das relações sociais, ao contribuir com as crenças, os valores partilhados e as tecnologias herdadas que conduzem à criação de expectativas em relação à ordem social. Uma fonte básica da confiança é a partilha de uma visão do mundo e do tipo de sociedade desejada e da ordem esperada, já que estes aspetos diminuem os riscos intuídos de um futuro incerto. Esta visão partilhada surge como produto de diversos processos socioculturais.

No povo Quechua da Amazónia peruana, a rede ampliada na figura do padrinho de casamento compromete-o a garantir o êxito do matrimónio dos seus afilhados, estando presente com o seu apoio para o bem-estar afetivo e a sua reprodução social (Figuerola, 2004).

Esta perspetiva valida a tese do *Bem Viver* pugnada pelos povos indígenas que transcende a mera reprodução material individual e comunal. O poder nestes povos costumava recair nas pessoas que dominavam “a sabedoria, a generosidade, a responsabilidade, a solidariedade, o trabalho, a valentia...” e que eram capazes de favorecer a confiança requerida no seu meio para a reprodução comunal. Estes valores associados ao poder que geram capital social são pois ancestrais e mantêm-se vigentes nas comunidades em relação à sua proximidade ou distância de zonas urbanas e vínculos com o mercado. Todavia, o próprio Estado, procurando “modernizar” o capital social comunal e desconhecendo os seus fundamentos culturais alterou boa parte desta estrutura a partir da outorga externa de autoridade a pessoas que contavam com instrução escolar, mas que em muitos casos já não tinham os valores que sustentavam o poder tradicional. Assim, para realizar uma leitura pertinente sobre as formas como se manifesta o capital social nestas populações é preciso conhecer as racionalidades subjacentes a cada cultura, que se expressam através da sua cosmovisão, do seu ethos, da linguagem e formas de socialização. Esta estrutura exporta-se e muda de lugar quando parte do seu contingente migra, mas continua articulando aqueles critérios de racionalização para o seu desenvolvimento e sobrevivência na zona urbana onde se estabelece.

Um exemplo no uso da linguagem que lança pistas sobre a formação e a manutenção de redes amplas é o caso dos Quechuas que empregam o termo *Huaccha* não apenas para fazer referência a uma pessoa órfã, mas sim uma pessoa que não tem redes nas quais se apoiar e projetar socialmente. A constituição de redes nestas populações passa pelos vínculos de sangue, de convivência, de relação com seres espirituais e adopção de agentes externos como aliados que ampliem as potencialidades das relações entre redes. Não é fruto do acaso que o conceito de riqueza esteja associado ao de família extensa.

Outro aspeto a considerar é a forma como são realizados os intercâmbios e dádivas e contra-dádivas. Em alguns povos naturais da Amazónia, em função da posição dos indivíduos na estrutura hierárquica comunal e familiar (por exemplo ser sogro/a, mãe, pai, noiva, filhos, xamã, etc.), estes sistemas poderão obrigar a partilhar 90% dos bens obtidos (resultado da caça, por exemplo) entre parentes e aliados. Apesar deste aparente “desequilíbrio”, a concepção circular do tempo garante que existirá um momento em que o doador passará a ocupar lugares na hierarquia social que lhe permitirão disfrutar daquilo que lhe tocou outorgar anteriormente e lhe garantiu alianças para a vida. Assim se exerce continuamente a reciprocidade.



2.3 PERSPETIVAS AFRICANAS

Conceito de capital social em África

Apesar de África ser um dos continentes mais preocupados com o desenvolvimento económico e social, uma revisão da literatura sobre o capital social mostra que poucos estudos foram realizados sobre este assunto, em contexto africano (Aye, 2000). A literatura não é muito abundante e a que existe insere-se no quadro conceptual apresentado pelos grandes fundadores das teorias do capital social, Bourdieu (1980), Fukuyama (2001), Coleman (1988), Putnam (1993), entre outros. Na linha destes autores, o conceito refere-se a normas e estruturas sociais que facilitam a confiança, a cooperação, uma melhor governação e, apesar de não serem de fácil construção, são consideradas duradouras e essenciais para a prosperidade económica.

Na sua tese de doutoramento, Marcellin Aye (2000, p. 44) apresenta diversos níveis de capital social:

- a. Um primeiro nível, ou capital social de tipo 1, que é o capital social incorporado. Refere-se às boas maneiras que se adquirem através do processo de socialização, de aprendizagem à vida em sociedade. Está relacionado com a inteligência emocional descrita por Coleman (1998);
- b. O capital social de tipo II deriva, por sua vez, da interação social entre dois indivíduos. É o capital social descrito por Bourdieu (1986). Um mesmo indivíduo pode ter diversos níveis de capital social diferentes segundo a sua rede de amigos e de familiares. É um capital de confiança, de conhecimentos e de reconhecimentos que permitem conseguir ajuda em caso de necessidade;
- c. O III tipo é o capital social que existe dentro de uma família ou de uma associação. É resultado de diversos capitais sociais produzidos entre as diversas interações entre os membros da família ou da associação. É um capital social feito de valores partilhados, de direitos e de obrigações. (...) É um capital social coletivo (Putnam, 1993);
- d. O IV tipo de capital social é o que existe não seio de um país. Este capital traduz-se na confiança que os cidadãos depositam nas instituições do seu país. Exprime também o nível de confiança que os cidadãos têm nas regras e normas da sua administração pública. A existência deste capital social numa sociedade permite o civismo, a responsabilidade, a transparência, a democracia. É um fator determinante para o desenvolvimento económico e social (Fukuyama, 1995; Putnam 1993).

Se, geralmente, em países africanos há pouca confiança relativamente ao Estado e às estruturas do Estado, isto não significa que a maioria da população que vive em regiões rurais e periurbanas não desenvolva, entre ela, redes de confiança, de entreajuda e de solidariedade que lhe permita ultrapassar as carências de estruturas oficiais (Aye, 2000, p. 43), como veremos mais adiante.

As teorias do capital social acreditam que os contactos sociais dos indivíduos e as redes criadas pelos mesmos são recursos valiosos. No entanto, citando Hintze, Paulo Costa salienta que “o capital social tem tido a sua afirmação dificultada, ao longo do tempo, pela dificuldade de o medir, bem como de medir o respetivo retorno, numa análise de âmbito económico” (Hintze, 2000 citado por Costa, 2011, p. 13).

Para além desta dificuldade característica do capital social, Kitissou e Yoon (2014) teorizam que uma das razões para o contexto de instabilidade atual da maioria dos países africanos é exatamente a falta de um capital social forte. Segundo os mesmos autores, devem procurar-se as origens para esta fragilidade no impacto do comércio de escravos, no colonialismo e nas guerras civis pós-independência que tiveram lugar em diversos países do continente – no comércio de escravos, pois destruiu a ordem social existente, abalando a prosperidade e a confiança existente no seio de vários reinos africanos; no colonialismo, porque este sempre optou por políticas de dividir para reinar, criando diferenças de tratamento aos diversos grupos étnicos, porque não tomou em consideração as reais fronteiras territoriais e étnicas dos reinos existentes, dividindo as zonas geográficas e partilhando o continente, na Conferência de Berlim, no século XIX nas guerras civis, pós-independência, já muito justificadas (segundo os autores) pela erosão do capital social, pelas razões anteriormente apontadas, e com efeito muito devastador, uma vez que provocaram a fuga e a destruição de capital humano.



Na realidade, a literatura revela que a existência, ou não, de capital social elevado tem consequências sociais, políticas e económicas. Uma das conclusões do estudo de Temple (1998) em dois países africanos (Botswana e Zâmbia) foi que o país que tinha o menor capital social estava mais exposto a ter maus resultados políticos, menor investimento e menor crescimento. Por esta razão, o relatório *Measures of Social Capital in African Surveys*, realizado por Richard Rose para o Banco Mundial (1997), salienta que apesar do capital social, nos países do Norte apresentar alguma dificuldade de aceitação pela sua dificuldade em ser medido, como já foi referido, então deve ser considerado de grande importância em “países em desenvolvimento, e especialmente na África subsaariana, onde muita da atividade não está totalmente monetizada (p. 1).

Dada esta importância do capital social em África, o mesmo relatório aponta o que deveria ser medido (e já existem estudos que o fazem) no continente africano:

- As formas em que as redes cooperam, informal e formalmente, para a produção de bens e serviços básicos. Embora o conceito de redes possa parecer abstrato, o mesmo refere-se a atividades familiares na vida quotidiana (...) tais como o transporte de mercadorias de uma aldeia para um mercado.
- Bens e serviços produzidos, tais como alimentação, assistência infantil ou obtenção de água.
Os inquéritos em África medem normalmente quantidades de bens e serviços produzidos por indivíduos e famílias, incluindo a produção não-monetizada consumida no seio do agregado familiar.
- Como é usado o capital social. Dado que o capital social não é o único recurso dos indivíduos, trata-se de um problema empírico a forma como as pessoas o usam para adicionar a outros recursos, por exemplo, pedir a um amigo para ajudar a completar uma aplicação para uma agência do governo; para substituir outros recursos, por exemplo, cultivo e processamento de alimentos no domicílio, em vez de o comprar; ou de frustrar organizações formais, como a evasão fiscal.
- Quanto capital social contribui para evitar a pobreza ou promover o bem-estar. Inquéritos efetuados regularmente em África recolhem dados sobre as condições de vida de uma família em termos de saúde, dieta, educação, etc. Através da inclusão de medidas de capital social em pesquisas, torna-se então possível avaliar estatisticamente em que circunstâncias e em que medida o capital social contribui para o bem-estar das famílias e se há diferenças na distribuição de vantagens dentro do agregado familiar, por exemplo, se as mulheres beneficiaram mais do que os homens ou vice-versa. (2000, p. 2 e 3)

O capital social só se torna um facto quando mobilizado para a ação. O relatório redigido por Rose (2000) aponta como utilizações práticas do capital social, (i) as atividades produtivas não seio familiar (por ex., construção e manutenção da habitação, acesso à água e eliminação do lixo e cuidado de crianças); (ii) a agricultura familiar e outro tipo de atividades produtivas; (iii) as remessas em dinheiro enviada por emigrantes; (iv) a educação; (v) o sentimento de maior segurança (vi) e um maior controlo da corrupção (p. 5)

Grupos de poupança e crédito rotativos

Em diversos países africanos e asiáticos existe uma longa tradição e diversidade de sistemas de ajuda mútua, com a utilização rotativa de poupanças e créditos, como sistemas de sobrevivência dos pobres não âmbito da economia informal (Costa, 2011). Apresenta-se o caso, já se referido no capítulo 2, sobre grupos de poupança e crédito rotativos, como as *tontines*, na África francófona, as ROSCA (*Rotative Savings and Credit Association*), na África anglófona, ou as Abota (Guiné-Bissau), *Kixikila* (Angola) e *Xitique* (Moçambique), em países da África lusófona.

Segundo Paulo Costa (2011), as origens destas práticas remontam aos séculos passados, “tendo evoluído a partir de experiências de cooperação entre vizinhos, de forma regular, sob a forma de ajudas em espécie ou em trabalho, estando interligadas com necessidades tradicionais”, sendo possível encontrar muitos exemplos em África e na Ásia, mas também em comunidades minoritárias na América e na Europa.

Fonteneau e Develtere salientam que estas práticas têm de especial o combinar as diferentes funções de poupança e de crédito, permitindo que sejam os participantes a decidir as condições e as regras, com o desenvolvimento



e a interação social: “O serviço financeiro prestado é, portanto, parte de uma relação social que cria e resolve obrigações recíprocas e interesses compartilhados” (2009, p. 11).

Estas práticas baseiam-se num grupo de indivíduos que chegam a acordo entre si sobre a contribuição regular para uma caixa e, rotativamente, cada elemento do grupo fica com o valor total recolhido. “A simplicidade torna esta associação fácil de começar e de acabar, pois só depende dos indivíduos, as contas são fáceis de fazer e também não há armazenamento do fundo” (Costa, 2011).

Estes grupos baseiam-se no capital social dos seus participantes, sendo compostos, geralmente, por conhecidos de origem familiar, vizinhos ou colegas de trabalho.

Costa apresenta-nos várias motivações para se pertencer a um grupo deste tipo:

- a capacidade de poupança individual mas também de poupança comum, uma vez que é crédito é sempre recíproco;
- a necessidade que as mulheres poderão ter de guardar o dinheiro, evitando que o marido o tome;
- a vantagem de conseguirem poupar mais do que individualmente, dado o compromisso de poupar assumido com o grupo.

Citando outros autores (Low, 1995 e Adair, 1997) acrescenta: o grupo estar próximo e mais acessível que o banco; o custo de transação ser mínimo; a burocracia inexistente; o baixo risco decorrente do processo de seleção, pois este baseia-se em sistemas de confiança recíproca; e a pouca probabilidade do sobre-endividamento, já que o endividamento é proporcional à poupança dos elementos do grupo.

Como desvantagens, são apontados o facto de os elementos darem indicações sobre o seu rendimento e o risco de incumprimento (sobretudo quando o capital social é reduzido por pouco conhecimento entre os elementos, por exemplo). É ainda apresentado como desvantagem, o facto de o crédito resultar das poupanças dos elementos do grupo e, como tal, limitar investimentos maiores.

Importa ainda salientar o papel do género nestes grupos de créditos rotativos, uma vez que, para muitas, é a única oportunidade que têm para acederem a uma renda e acederem a sistemas de poupança e crédito. Em muitos casos, estas práticas permitem a mobilidade social.

Conclui-se, ainda, que estes grupos são um poderoso indicador sobre o capital social de uma comunidade, família ou grupo etnolinguístico pois só existem entre pares, entre indivíduos com um grande capital de confiança entre eles.

Referências - Aproximações teóricas sobre o capital social

- Arando, S., Gago, M., Freundlich, F. & Ugarte, L. (2012) Capital social y cooperativismo. *Projectics / Proyéctica / Projectique*. 2 (11), pp. 41-54.
- Arando, S., Freundlich, F., Gago, M., Jones, D. & Kato, T. (2011) Assessing Mondragon: stability and managed change in the face of globalization. In: Carberry, E. ed. *Employee ownership and shared capitalism: New Directions and Debates for the 21st Century*. Ithaca, New York, ILR Press, Cornell University, pp. 241-272.
- Barandiarán, X. & Korta, K. (2011) *Capital social y valores en Gipuzkoa. Balance y líneas estratégicas de actuación*. Diputación Foral de Gipuzkoa.
- Bourdieu, P. (1986) The forms of capital. In Szeman, I. & Kaposy, T. (2011) *Cultural theory: an anthology*, Chichester, UK, Wiley-Blackwell, pp. 81-93.
- Buchele, R., Kruse, D., Rodgers, L. & Scharf, A. (2010) Show me the money: does shared capitalism share the wealth? em Kruse, D.L., Freeman, R. & Blasi, J. eds. *Shared capitalism at work: employee ownership, profit and gain sharing, and broad-based stock options*. Chicago, University of Chicago Press, pp. 351-376.
- Burdín, G. & Dean, A. (2009) New evidence on wages and employment in worker cooperatives compared with capitalist firms. *Journal of Comparative Economics*, 37, pp. 517-533.



- Clemente, J., Díaz, M. & Marcuellos, C. (2009) Sociedades cooperativas y sociedades laborales em España: estudio de su contribución a la creación de empleo y al crecimiento económico, *Revesco*, 98, pp. 35-69.
- Coleman, J. S. (1988) Social capital in the creation of human capital. *American Journal of Sociology*, pp. S95-S120.
- Coleman, J. (1990) *Foundations of social theory*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.
- Cooke, P. & Morgan, K. (1988) *The associational economy*. Oxford, UK, Oxford University Press.
- Durston, J. (2000) *¿Qué es el capital social comunitario?* Santiago de Chile, Cepal.
- Fukuyama, F. (1995) *Trust: The social virtues and the creation of prosperity*. New York: Free Press.
- Glanville, J. L., & Bienenstock, E. J. (2009) A typology for understanding the connections among different forms of social capital. *American Behavioral Scientist*, 52 (11), pp. 1507-1530.
- Grootaert, C. (1998) Social capital: the missing link? *Social Capital Initiative Working Paper*, 3, The World Bank.
- Hong, G. & Sporleder, T.L [Data de acesso . (2015) *Social capital in agricultural cooperatives: Application and measurement*. [Internet]. Disponível em <http://www.researchgate.net/publication/268413306> [Data de acesso 1 de Agosto de 2015].
- Irizar, I. & Lizarralde, I. (2005) Desarrollo regional y emprendizaje cooperativo. *Ekonomiaz*, 59, pp. 284-305.
- Jones, D. C. & Kalmi, P. (2009) Trust, inequality and the size of the cooperative sector: cross-country evidence. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 80(2), pp. 165-195.
- Kruse, D. L., Blasi, J. & Park, R. (2008) Shared capitalism in the U.S. economy: prevalence, characteristics, and employee views of financial participation in enterprises,” in Kruse, D. L., Blasi, J. & Park, R. (2010) eds. *Shared capitalism at work: employee ownership, profit and gain sharing, and broad-based stock options*. Chicago, University of Chicago Press-National Bureau of Economic Research, pp. 41-76.
- Lin, N., Cook, K. S., & Burt, R. S. (2001) *Social capital: Theory and research*. Transaction Publishers.
- Marcuello, C. & Sanz, M. I. (2008) Los principios cooperadores facilitadores de la innovación: un modelo teórico. *Revesco*, 94, pp. 59-79.
- Molm, L. D., Collett, J. L., & Schaefer, D. R. (2007) Building solidarity through generalized exchange: a theory of reciprocity 1. *American Journal of Sociology*, 113(1), pp. 205-242.
- Mugarra, A. (2005) Capital social y cooperativas: la experiencia en el País Vasco, *Ekonomiaz*, 59, pp.306-329.
- Mujika, A., Ayerbe, M., Ayerbe, O., Elola, A. & Navarro, I. (2010) *Manual para la autoevaluación del capital social en las organizaciones*. Orkestra-Instituto Vasco de Competitividad Fundação Deusto.
- Pencavel, J., Pistaferri, L. & Schivardi, F. (2006) Wages, employment and capital in capitalist and worker-owned firms, *Industrial and Labor Relations Review*, 60 (1), pp. 23-44.
- Portela, M. & Neira, I. (2003) *Capital social: las relaciones sociales afectan al desarrollo*. Universidade de Santiago de Compostela [Internet]. Disponível em http://www.girona.cat/ccivics/docs/capital_social.pdf [Data de acesso 1 de Agosto de 2015].
- Pradais, I. (2005) *Transformación del trabajo e zonas de empleo. Un enfoque comparado para el analisis de la estructura social del empleo en la CAPV*. Tesis Doctoral, Universidade de Deusto (España).
- Putnam, R. D. (1993) *Making democracy work. Civic traditions in modern Italy*. New Jersey, Princeton University Press.
- Rosen, C. (2012) *The state of broad-based employee ownership plans*. Oakland, California, National Center for Employee Ownership.
- Urrutia, I. (2004) *El Alto Deba es la comarca donde la riqueza se reparte de modo más igualitario* (Informe De M.A. Gil & J. apeira, Dpto De Política Fiscal e Financiera, Diputación De Gipuzkoa).
- Valentinov, V. (2004) Toward a social capital theory of cooperative organisation, *Journal of Cooperative Studies*, 37 (3), pp. 5-20.
- Wilkinson, R. G. & Pickett, K. (2010) *The spirit level: why equality is better for everyone*. London, Penguin Books.



Referências da América Latina

- Arriagada, I. (2003) Capital social: potencialidades y limitaciones analíticas de un concepto. En: Arriagada, I. & Miranda, F. eds. *Capital social: potencialidades analíticas y metodológicas para la superación de la pobreza*. Santiago de Chile, CEPAL, 31, pp. 13- 27.
- Atria, R. (2003) Capital social: conceptos, dimensiones y estrategias para su desarrollo. En: Atria, R., Siles, M., Arriagada, I. Robison, L. & Whiteford, S. eds. *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un paradigma*. Santiago de Chile, Naciones Unidas, pp. 581-590.
- Durston, J. (2002) *El capital social campesino em la gestión del desarrollo rural. Díadas, equipos, puentes y escaleras*. Santiago de Chile, Libros de la CEPAL, 69, Comisión Económica para América Latina.
- Figueroa H. V. (2004) *Capital social y desarrollo indígena urbano: una propuesta para una convivencia multicultural. Los mapuches de Santiago de Chile*. Tesis doctoral, Universidade Ramon Llull, Chile.
- Flores, M. & Rello, F. (2001) *Capital social; virtudes y limitaciones. Ponencia presentada em la Conferencia Regional sobre Capital Social y Pobreza*. Santiago de Chile, CEPAL y Universidade do Estado de Michigan, 24-26 de septiembre de 2001.
- Fukuyama, F. (1996) Confiança(Trust): *Las virtudes sociales y la capacidad de gerar prosperidad*. Buenos Aires, Lo Ateneo.
- Hintze, S. (2004) *Capital social y estrategias de supervivencia. Reflexiones sobre el “capital social de los pobres”* [Internet]. Disponível em http://web.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/HINTZE___Capital_Social.pdf [Data de acesso 29 de Julho de 2015].
- Kliksberg, B. (2000) *Capital social y cultura. Claves olvidadas del desarrollo*. Buenos Aires, INTAL-BID.
- Montañó, S. (2003) Aportes, sombras y ausencias em el debate sobre capital social. En: Arriagada, I. & Miranda, F. eds. *Capital social: potencialidades analíticas y metodológicas para la superación de la pobreza*. Santiago de Chile. CEPAL, 31, pp. 69-76.
- Portes, A. (2004) *El desarrollo futuro de América Latina. Neoliberalismo, clases sociales y transnacionalismo*. Bogotá D.C. Colombia, en Clave de Sur. 1ª ed. ILSA.
- Siles, M. (2003) El paradigma del capital social. En: Arriagada, I. & Miranda, F. eds. *Capital social: potencialidades analíticas y metodológicas para la superación de la pobreza*. Santiago de Chile, CEPAL, 31, pp. 39-48.
- Urteaga, E. (2013) La teoria del capital social de Robert Putnam: originalidade y carencias. *Reflexión Política*, 15 (29), pp. 44-60.

Referências de África

- Aye, M. (2000) *Capital social, logiques de solidarité et accès aux soins de santé modernes en Afrique Subsaharienne*. PhD thesis, Université de Montréal.
- Costa, P. (2011) *Kixikila e o desenvolvimento local em Angola*. Master's thesis. Diversidades locais e Desafios Mundiais. Lisboa. ISCTE-IUL.
- Fonteneau, B. & Develtere, P. (2009) *African responses to the crisis through the social economy*. Working document for the International Conference on the Social Economy. HIVA, Katholieke Universiteit Leuven [Internet]. Disponível em: https://lirias.kuleuven.be/bitstream/123456789/328782/1/africantothe crisis_en.pdf [Data de acesso 4 de Junho de 2015].
- Kitissou, K. & Yoon, B. J. (2014) Africa and social capital: From human trade to civil war. *The Journal of Pan African Studies*, 6 (8) [Internet]. Disponível em: <http://www.jpnafrican.com/docs/vol6no8/6.8-Kitissou%20l.pdf> [Data de acesso 15 de Junho de 2015].
- Rose, R. (2000) *Measures of social capital in African surveys*. World Bank Social Capital Initiative [Internet]. Disponível em: <http://www.socialcapital.strath.ac.uk/documents/SocialCapitalinAfrica.pdf> [Data de acesso 15 de Junho de 2015].
- Temple, J. (1998) Initial Conditions, Social Capital and Growth in Africa. *Journal of African Economies*, 7(3), pp. 309-347. Oxford. Hertford College and Institute of Economics and Statistics [Online]. Disponível em: <http://jae.oxfordjournals.org/> [Data de acesso 15 de Junho de 2015].



3. SECÇÃO DIALÓGICA

Como se gera e se mantém o capital social numa organização? Esta é a pergunta chave e está orientada para se entender como as pessoas, consideradas a coluna vertebral das organizações da ESS, se decidem relacionar para gerarem um tecido e um suporte, tanto a nível pessoal como societário, no âmbito comunitário e, assim, apoiar o crescimento dos empreendimentos e iniciativas pessoais com claros benefícios mútuos e recíprocos.

Como se gera e se mantém o capital social dentro de uma organização?



A matriz definida pelo Consórcio para este capítulo tem quatro dimensões::

- Capital social que se gera e se mantém entre pessoas e que se alimenta da partilha de valores.
- Capital social que se gera a partir da pessoa para uma organização, ao qual a pessoa voluntariamente decide juntar-se, tendo por base certas obrigações e expectativas para cumprir.
- Capital social de organizações comunitárias, uma via dupla de acesso e socialização de oportunidades e recursos que é essencial considerar.
- Capital social que se produz entre organizações para se criar uma base sólida e de colaboração para a sua permanência no âmbito socio-produtivo no qual se desenvolve. Estas organizações inserem-se em âmbito local, regional, nacional e internacional.

Para cada quadrante apresenta-se uma descrição que inclui as ações emergentes geradoras de capital social e as ações contrárias a esse mesmo capital, que é necessário neutralizar.

a) Capital social que se gera e se mantém entre pessoas e que se alimenta da partilha de valores

Neste quadrante, o capital social gera-se através de relações de tipo orgânico, ou seja, que não necessitam de uma formalidade ou estrutura fixa, que se alimentam através de encontros informais, casuais, desejados por todos. Caracteriza-se, igualmente, pelo elemento aglutinador da compreensão do outro e da consideração

positiva que se produz, aumentando-se a confiança da relação. A este nível, a identidade pessoal reafirma-se e requer uma dimensão ontológica transformadora, uma vez que *me identifico com o outro, com a necessidade vital da outra pessoa*. Neste contexto, a diversidade assume-se como riqueza, porque é precisamente a partir dela e da resolução de conflitos que se gerem – produto dessa mesma diversidade - que o capital social se fortalece e cresce. Como tal, a relação nesta dimensão do capital social permite perceber as necessidades mais sentidas pelas pessoas e que geralmente se mostram a este nível. Além disso, é legítimo considerar que, por direito, minha identidade se enquadra e se valida dentro do mosaico de identidades presentes, tanto na esfera pública como na privada. Não se pode falar de capital social sem se reconhecerem as múltiplas identidades da pessoa, - esfera social, cultural, política e territorial. Para além de todas as diferenças, todos nós reconhecemos e vemos no outro que somos seres humanos e que somos capazes de construir coisas em conjunto.

Esta identificação de pessoa-a-pessoa, e o reconhecimento de partilharmos uma missão que contribui para um bem maior, é altamente motivadora para se iniciarem atividades conjuntas que fortaleçam e, ao mesmo tempo, se alimentem do capital social existente.

Alguns indicadores para se conseguirem evidências do capital social entre as pessoas

- Acesso a apoio psicoemocional
- Acesso a créditos de outras fontes que não sejam as tradicionais
- Acesso à rede familiar e de amigos em caso de emergência
- Saúde holística
- Acesso a informação de parte a parte
- Independência pessoal
- Proximidade comunitária
- Reciprocidade
- Relações pessoais na rede
- Dimensão da rede próxima
- Voluntariado para consolidar a confiança e reciprocidade do trabalho voluntário

b) Capital social que se gera a partir da pessoa para a organização, à qual a pessoa decide voluntariamente juntar-se, tendo por base certas obrigações e expectativas para cumprir

A complexidade da relação nesta dimensão acontece quando a pessoa decide investir os seus conhecimentos e experiência dentro numa organização com base em obrigações, sejam jurídicas, legais e laborais, assim como numa série de expectativas positivas de as ambas partes. Por sua vez, isto leva a que se estabeleça uma comunicação direta, franca e honesta relativamente ao cumprimento, ou não, das obrigações e expectativas de ambas as partes. A transparência é essencial nesta relação de confiança, consegue-se e mantem-se através da participação direta dos/as colaboradores/as nas tomadas de decisão operacionais mas também estratégicas dentro da organização.

Neste quadrante, o processo de seleção centra-se mais nas qualidades da pessoa do que no nível de escolaridade, académico ou técnico que possa ter e desempenhar dentro do âmbito organizativo. Assim, o elemento de aprendizagem dentro destas organizações é vital para gerar um capital duplo: ao mesmo tempo, social e humano. O facto de se receber uma remuneração proporcional às competências e à experiência da pessoa está muito longe de se tornar realidade, em comparação com outros sectores económicos. Ainda assim, em diversos níveis de vinculação com a organização, o compromisso e a identificação com a missão transcende os benefícios económicos porque reforça o reconhecimento, o respeito e a valorização da existência do outro.

A responsabilidade e obrigação laborais acarreta uma responsabilidade de afiliação e de companheirismo que se traduz na convivência entre todos, incluindo com aqueles que se encontrem em formação.



Alguns indicadores para se conseguirem evidências do capital social *da pessoa à organização*:

- Coesão social
- Cooperação
- Acesso à informação ao nível da participação básica
- Influência pessoal: capacidade para influenciar em mudanças que sejam de benefício mútuo
- Participação em organizações por livre opção
- Defesa e apoio
- Reciprocidade para com a organização à qual se está vinculado.
- Dimensão da rede próxima que permita consolidar as obrigações e expectativas de cada um.
- Voluntariado, oportunidades de prática dentro de organizações.

c) Capital Social de organizações comunitárias – via dupla de acesso e socialização de oportunidades e recursos

O papel das organizações sociais cria um capital social comunitário, através de uma abordagem inclusiva e altamente integradora. Esta dimensão do capital social, da organização da comunidade, e vice-versa, permite visibilidade e validação do trabalho de pessoas que não são valorizadas noutros setores e/ou noutros sistemas económicos.

A construção deste nível de capital social é fundamental para o êxito das organizações comunitárias, uma vez que sem ele a organização corre o risco de ser vista como um elemento “estranho/alheio” à comunidade que vem “ajudar”, podendo provocar “rejeição”. Também as organizações “estrangeiras” e as que se geram na comunidade por indução externa devem ter as considerações anteriores bem presentes. Pelo contrário, quando uma organização é considerada mais um elemento da comunidade, um elemento que divide as dificuldades, que sente os mesmos problemas e que, em conjunto, procura e cria soluções positivas para todos, origina-se e potencia-se uma rede, unida em volta das preocupações comuns, que fortalece a organização, a comunidade e os próprios indivíduos que as constituem.

Alguns indicadores para se conseguirem evidências do capital social na comunidade:

- Acesso a meios de comunicação
- Acesso à defesa de consumidores
- Coesão social
- Confiança nas instituições
- Anticorrupção
- Acesso a informação para poder participar de forma igualitária e de forma ativa
- Reciprocidade da organização perante a comunidade
- Dimensão da rede social para se conseguirem transformações significativas dentro da comunidade
- Dimensão da rede próxima, organizações que têm uma dimensão territorial
- Voluntariado baseado no intercâmbio de boas práticas

d) Capital social que se produz entre organizações para se criar uma base sólida e de colaboração para a sua permanência no âmbito socio-produtivo no qual se desenvolve. Estas organizações inserem-se em âmbito local, regional, nacional e internacional



Dentro desta dimensão, o capital social gera uma base sólida de colaboração no âmbito local, regional, nacional e internacional, que garante a presença e permanência no âmbito socio-produtivo onde se desenvolve.

Este capital sustenta-se por uma forte componente racional, sistémica e psicoafectiva, em que são claras as atitudes estabelecidas nas políticas internas e que têm como objetivo uma coordenação efetiva e eficaz. Um elemento impulsionador do capital social a este nível é o acesso à informação de qualidade e em quantidade, que permite criar e recriar um novo imaginário de simbologia e significados que consolidam a relação interorganizacional.

Nesta dimensão, o elemento aglutinador é a participação das pessoas nos processos de tomada de decisões em condições iguais. Prima a prática efetiva do princípio de reciprocidade, marcando um estilo muito particular de relacionamento.

O capital social expande-se ao demonstrar-se o serviço que se presta, de forma inovadora, a outras organizações do setor público e privado, como mostra do que podem oferecer. Existe uma pro-atividade elevada no sentido de se explicar e demonstrar a organização, a missão e a qualidade do serviço que se oferece quer através de oportunidades que surgem como que se criam.

Alguns indicadores para se conseguirem evidências do capital social do mesmo ou de outros níveis:

- Acesso a informação para decisões coletivas
- Influência em temas sociopolíticos que têm impacto no desenvolvimento organizacional.
- Reciprocidade com outras organizações semelhantes
- Equidade e igualdade no trabalho
- Dimensão da rede social para garantir o capital humano de empreendedores
- Voluntariado de pessoal entre organizações para partilharem boas práticas
- Vinculação e tipo de relacionamento com organizações de outros níveis

Fatores que incidem no enfraquecimento do capital social

Deve reconhecer-se que a confiança e a perceção de interesses objetivos comuns se consolida como elemento aglutinador de todas estas dimensões do capital social. Por sua vez, a confiança tende a reduzir-se por diferenças no compromisso das pessoas e pela falta de participação (seja por mobilidade no trabalho, má comunicação, desinformação, críticas não construtivas, má gestão administrativa, entre outros). A falta de confiança faz com que se perca o interesse na organização e no capital social que se criou. Nestas condições é impossível manter e muito menos consolidar o tecido social que permita a sustentabilidade das atividades, projetos e empreendimentos das organizações.

Um dos desafios e dos perigos que é preciso realçar, e que é preciso trabalhar, é a possibilidade de falência das organizações da ESS, quando apenas se pretende que estejam vinculadas a situações de pobreza e autossustentência, ainda que seja, precisamente, nestas situações que emergem com mais força. A constituição do capital social, mais que pelas condições económicas, ou pela dimensão da organização, consegue-se pelos valores partilhados (e não apenas pelos interesses e objetivos práticos), como o respeito pela vida, pela economia, pela sociedade pela natureza.

Outro desafio tem que ver com a diferença entre igualdade e equidade e a questão dos incentivos. Será que a aplicação errada do conceito de igualdade poderia levar ao enfraquecimento do capital social?



4. CASOS PRÁTICOS

4.1 BANCO DE TEMPO, YORK, REINO UNIDO

OBJETIVOS RACIONAIS

- Identificar os fatores que desenvolvem o capital social num banco de tempo.
- Analisar como é que estes fatores podem ser incorporados na organização.

OBJETIVO EXPERIENCIAL

- Avaliar diferentes formas de intercâmbio e o seu efeito positivo dentro das comunidades.

ENQUADRAMENTO

O que é um banco de tempo?

“O sistema de preços, regido por dinheiro, atribui alto valor às coisas escassas e baixo às que se podem obter facilmente; atribui um valor elevado às atividades produtoras de dinheiro e baixo valor às que não produzem. Isto quer dizer que a ferramenta que estamos a utilizar para solucionar o problema, de forma

adequada, não pode servir para avaliar certas atividades até que estas se tornem realmente escassas: cuidar, ensinar, transmitir valores, partilhar, construir relações, socializar, ajudar os outros [...] O dinheiro desvaloriza as coisas que mais precisamos para resolver alguns dos nossos problemas mais críticos” (Cahn, 2004, p.41).



Fonte: Person-to-person timebank with time broker organising exchanges (New Economics Foundation, 2008. Adaptado de Rushey Green Timebank Members' Handbook).

O banco de tempo de York foi fundado em 2011 como projeto piloto e foi parcialmente subvencionado pelo Conselho do Setor Voluntário (CVS, sigla em inglês) que pertence ao Município de York. Os principais financiadores foram a Fundação

Joseph Rowntree, o Santander e a Loteria (*Big Lottery*). O dinheiro fez com que fosse possível contratar uma coordenadora - em inglês *“time broker”* e que traduzimos por “coordenadora”. Em maio de 2015 tinha 100 participantes.

CONTEÚDO

O banco de tempo é uma forma de troca que serve para organizar pessoas e entidades em volta de um objetivo, utilizando o “tempo” como moeda de troca. Por cada hora que os/as participantes “depositam” no banco, oferecendo ajuda ou apoio a outras pessoas, podem “levantar” o mesmo tempo de ajuda quando forem eles/elas a precisar. Em cada caso são os/as participantes a decidir o que podem oferecer. O tempo de todos mede-se e avalia-se de forma equivalente, ou seja, uma hora de um membro equivale a outra hora de outro membro, independentemente do que cada um ofereça. Ao ser um meio de troca, pode usar-se o banco do tempo de formas muito variadas.

Viv Chamberlin-Kidd, professora de matemática, *web designer* e membro do banco de tempo de York desde 2012, atraiu-a a ideia de que o tempo dos diferentes membros fosse válido de igual forma. “Que venha alguém cuidar das minhas galinhas quando eu não posso é tão importante para mim como dar uma aula de matemática, pelo que adoro a ideia de que o sistema nos torne a todos iguais. Não entendo que se dê menos valor a alguém por limpar chão do que a mim por criar páginas web”, explica.

O banco do tempo situa-se numa parte da cidade com níveis de desemprego e isolamento social preocupantes. O seu objetivo explícito está centrado na construção do sentido de comunidade. Um dos desafios que enfrenta é fazer com que os membros da comunidade que não se sintam valorizados se deem conta de que têm algo para dar.

Quando alguém está interessado em juntar-se ao banco do tempo, a coordenadora, ou outro membro do grupo, reúne-se com essa pessoa e dá-lhe as boas vindas e conversam sobre o modelo deste banco do tempo. Conversam sobre que serviços pode oferecer ao grupo e sobre os que necessita em troca. O processo de identificar potenciais contribuições para o grupo começa de imediato. Viv Chamberlin-Kidd explica: “A coordenadora reúne-se com pessoas que lhe dizem ‘não há nada que eu possa fazer’. E ela

responde ‘Vamos ver a lista das coisas que as outras pessoas pediram. Podes levar um cão a passear? Podes ajudar alguém a fazer as compras? Podes conduzir alguém de carro, ou regar-lhe as plantas? Telefonar a alguém para conversarem uma vez por semana?’ E já respondem: ‘Sim, sim posso fazer essas coisas’”.

Ela distingue o banco de tempo do voluntariado tradicional, que tem algo de hierárquico, enquanto o banco do tempo baseia-se em total horizontalidade - “todos estão envolvidos e todos podem fazer algo importante”. Valorizam-se as pessoas de igual maneira. Isto pode ter um impacto notável nas pessoas do grupo que “não se consideram úteis ou valorizadas pela sociedade “e que muitas vezes são tratadas como simples beneficiários da segurança social. Ao oferecer serviços que outros membros do banco precisam, o banco do tempo consegue que estas pessoas se apercebam de que têm algo para oferecer. “O impacto na sua autoestima é notável. Creio que é muito mais eficaz que em outras atividades de voluntariado”.

Um elemento chave é a atuação local do banco do tempo (idealmente, e segundo as boas práticas, as pessoas devem estar não muito distantes umas das outras). “Conhecem-se as pessoas da zona, vêem-se as coisas que acontecem”. Os membros do grupo programam reuniões sociais para encontrarem outros membros na rua. O grupo também organiza eventos específicos em que o contacto “cara a cara” é essencial para o seu êxito. Viv Chamberlin-Kidd incluiu-se a si própria no exemplo de pessoas que se sente agora mais integrada na comunidade graças ao banco do tempo, que lhe deu a oportunidade de cantar e tocar num grupo.

O papel da coordenadora é gerir “depósitos” e “levantamentos” de tempo: o que as pessoas podem oferecer e o que querem ou necessitam. Os eventos sociais servem de apoio a este processo, mas a agente do tempo tem de assegurar-se que “não haja duas pessoas vulneráveis juntas”. Em termos de balanço

entre depósitos e levantamentos, o grupo procura formas de alguns dos seus membros doarem parte dos “créditos” de tempo para que os membros mais vulneráveis não se preocupem com o seu balanço entre depósitos e levantamentos.

Viv Chamberlin-Kidd tem consciência do impacto do banco de tempo. No entanto, os potenciais financiadores da coordenadora necessitam de provas desse impacto. “Se há pessoas que agora são amigas e antes não eram, quanto dinheiro se poupa com isso? Essas pessoas poderiam ter necessitado de terapia porque se sentiam sozinhas, como se mede isso? Os financiadores gostam de ver o balanço final. Quantas pessoas deixaram de ir ao médico com certos males por se sentirem agora valorizadas?” O banco do tempo recebeu financiamento do município mas a sua contribuição diminuiu devido aos cortes orçamentais. O grupo também negociou com o

polidesportivo municipal para que os membros do banco pudessem trocar os seus créditos pelo uso das piscinas. Os financiadores gostariam de conseguir referências de médicos e profissionais dos serviços de saúde mental.

Para conseguir dados qualitativos a coordenadora realiza, sistematicamente, questionários sobre as percepções de estar em contacto com a comunidade, que podem comparar-se ao longo de um período.

Viv Chamberlin-Kidd acredita que o banco do tempo fez com que se apercesse do que é realmente importante. “Quando ouves histórias de outras pessoas sobre o motivo pelo qual se juntaram ao banco e sobre o que é importante para elas, apercebes-te das necessidades das pessoas. É como partilhar coisas que, de certo modo, já sabias mas das quais nunca te tinhas dado conta ou tinhas falado”.

QUESTÕES PARA O DIÁLOGO E PARA A AÇÃO

- Como se avalia o trabalho do banco do tempo? É diferente da experiência que perceciona sobre o valor do seu trabalho remunerado?
- Como se avaliam as pessoas? Em que se diferencia da sua experiência pessoal?
- Qual o papel do banco de tempo no fortalecimento do capital social das comunidades?
- Como poderia adaptar os valores e princípios do banco do tempo ao seu trabalho?
- Lance uma iniciativa para ter um banco de tempo dentro da sua comunidade ou trabalho e divulgue-o no nosso blogue.

SAIBA MAIS

Referências

- Cahn, E. (2004) *No More Throw-Away People: the co-production imperative*. Washington DC. Essential Books
- New Economics Foundation (2008) Forward in: *The New Wealth of Time: How timebanking helps people build better public services*. [Internet] Available from: <http://www.nwi.pdx.edu/webinars/Webinar13-materials1.pdf> [accessed 22nd July 2015]

Para mais informação sobre bancos de tempo, ver (em inglês): <http://www.yorks.ac.uk/erasmus-mundus/social-economy/library-and-resources/timebanking.aspx>

<http://www.timebanking.org>

CASO PRÁTICO

4.2 MULHERES PELA ECONOMIA LOCAL, GUINÉ-BISSAU (ÁFRICA)

OBJETIVOS RACIONAIS

- Identificar os valores do grupo Mulheres pela Economia Local.
- Analisar o papel das mulheres no contexto económico africano.
- Conhecer tipos de crédito rotativo em contexto africano.
- Refletir sobre o impacto destas experiências comunitárias na mudança social.

OBJETIVO EXPERIENCIAL

- Consciencializar-se do papel fundamental da emancipação das mulheres no combate à pobreza.

ENQUADRAMENTO

O grupo das *Mulheres pela Economia Local* (MEL) é um grupo informal nascido em 2008 na Guiné-Bissau, no Bairro de São Paulo. Este grupo funda o seu trabalho no artesanato têxtil (vestuário, malas, entre outros) e na transformação de frutas (em doces, compotas e bebidas). Trabalha quase exclusivamente com mulheres de diferentes Bairros de Bissau (actualmente são cerca de 40 mulheres e 2 homens). Este trabalho com as mulheres é bem destacado na missão da organização que se centra “na promoção humana, nomeadamente na promoção da mulher”, diz-nos

Ivone Gomes, fundadora e coordenadora geral do MEL.

O grupo MEL começou o seu trabalho apoiado pela Igreja, através da Cáritas, fazendo venda conjunta na porta da Catedral.

Apesar de ainda ser um grupo informal, o MEL pretende formalizar-se, estando já criada uma direção que está a trabalhar para o grupo aumentar as suas vendas, crescer e tornar-se numa associação.

CONTEÚDO

Funcionamento interno

O MEL é um grupo que procura alavancar a independência social e económica da mulher na comunidade e dentro das suas famílias oferecendo-lhes condições para isso. “A Companhia Missionária¹ tem essa tarefa de ajudar o homem ou a mulher a sair da dependência total, como no caso da Guiné, muitas das mulheres ficam sem fazer nada, a depender só do marido. E isso não pode ser. Há também algo que uma mulher podia fazer e ganhar e ajudar a complementar o marido”. O apoio é dado de diversas formas: através da formação, do fornecimento das matérias-primas (“As pessoas que integram o grupo trazem o material quando é um trabalho individual, mas quem está a aprender nós é que damos, porque aqueles 1500 francos CFA servem para a compra de algumas coisas

para a pessoa iniciar”) e de canais para escoarem os seus produtos.

Apesar de ainda não se ter formalizado como associação, já estão organizados numa direção, constituída por sete pessoas (seis mulheres e um homem), que dinamiza o grupo com base nos valores da transparência e participação: “Não é a direção que decide, mas sim a Assembleia. Normalmente, costumamos fazer um trabalho, decidimos em conjunto. Fazemos uma assembleia, fazemos uma coisa conjunta”. A “participação” e a “transparência” são um estímulo para um maior compromisso, as mulheres “ficam mais motivadas e já sabem também que estão a dar a sua contribuição”. Quando surge uma nova oportunidade de trabalho, a promotora, antes de assumir qualquer compromisso, diz “eu vou levar essa preocupação ao grupo das mulheres e depois vamos decidir para saber mais ou menos qual é orçamento que nós podemos fazer”.

O grupo MEL está a reunir esforços em três sentidos:

¹ Companhia Missionária – grupo de leigos consagrados que vivem o Carisma da Congregação Religiosa do Sagrado Coração de Jesus, fundada pelo padre Leão Dehon, em 1878.

1. A criação de um fundo para terem dinheiro para se formalizarem como entidade associativa e desenvolverem os seus estatutos;
2. Diversificação da sua atividade, com a venda de fruta, sumos e compotas;
3. Maior produção de produtos para poderem publicitar (através de facebook e site) o trabalho que vão desenvolvendo e assim gerarem mais riqueza com a sua venda em feiras, por exemplo.

Género

O grupo MEL assenta o significado da sua existência nas questões de género, manifestando orgulho nas oportunidades que fomenta junto das suas integrantes, maioritariamente jovens mulheres que têm, como grande mais-valia, a “vontade de aprender, vontade de saber fazer algo”. Na promoção das mulheres, Ivone reconhece que o grande desafio é a mudança de mentalidades: “o que nos interessa é essa consciência, mudar essa mentalidade de que a mulher pode fazer algo (...) para sair dessa dependência. Não ficar a depender do marido ou a depender da família, mas sim a mulher é também aquela pessoa que pode dar a sua contribuição na família.”

Dentro do grupo, as mulheres são valorizadas pelo seu papel no tecido social e é reconhecido o seu valor primordial na geração de maior estabilidade do território e das famílias e, consequentemente, maior desenvolvimento económico e social na comunidade, “por amor a esse trabalho, por dar valor a uma coisa, uma pessoa tem que fazer algo, não ficar assim só na dependência total, mas a fazer algo que é para sair daquela dependência”. O início desse caminho de independência é, diz Ivone, a “alfabetização integral”. É por isso que, para além da produção e transformação

de matérias-primas, o grupo MEL aposta também na educação, funcionando como uma escola para as mulheres.

Através da alfabetização e da conquista de alguma independência financeira, o MEL acredita que “as mulheres podem fazer algo, que podem dar contribuição, no desenvolvimento do nosso país, da



nossa terra que precisa tanto”, um desenvolvimento não apenas “do Estado, mas também de cada pessoa”. É importante não esquecer o papel fundamental da mulher na sociedade africana.

Combate à pobreza e coesão social

O envolvimento participativo das comunidades, mais patente, geralmente, nas comunidades rurais, fortalece e é fortalecido pela coesão social criando oportunidades para, a partir de uma avaliação de necessidades, se reforçar o desenvolvimento dentro do território. O funcionamento do MEL, baseado na capacitação da mulher como mais uma força motriz de trabalho e geradora de riqueza, ajuda a promover a coesão social, sendo um exemplo prático de que “soluções locais devem ser aplicadas a problemas locais”.

O seu carácter distintivo, identificado pela nossa entrevistada, prende-se com a qualidade do trabalho desenvolvido, mas também pela “afetividade”, pelo

tempo que se dedica ao mesmo (produzindo mesmo os bens e não apenas revendendo) e pelo “trabalho social” que efetua, não se ficando o grupo apenas pelas tarefas a desempenhar: “nós também conversamos mesmo a nível social, nós não fazemos só trabalho, falamos, ajudamos as mulheres, ajudamos com as dificuldades, mesmo de pagamento, nós ajudamos, até vamos a casa das pessoas falar, fazer reconciliações na família”.

Para combater as dificuldades financeiras, o grupo MEL recorre a um sistema de crédito rotativo, bastante comum em alguns países africanos, denominado, na Guiné-Bissau, de “Abota”. Cada fim do mês, diz-nos Ivone, as mulheres que aderem à Abota, entregam

numa caixa comum a contribuição de 10.000 francos CFA e o dinheiro recolhido vai para uma das participantes no sistema, “depois juntamos e damos a outra pessoa, que é para a pessoa poder ter mais dinheiro e pode comprar mais material”. Para além de permitir realizar esta poupança e o investimento necessário para fazer face aos custos de produção “porque uma pessoa não se pode deslocar daqui para o Senegal [para comprar as matérias-primas] sem ter o dinheiro, só o custo do transporte é muito elevado”, este tipo de crédito tem outras vantagens: permite satisfazer necessidades pessoais ou familiares (“há quem tenha já mala, porque aqui as pessoas tem uma ambição de comprar mala, há quem compre um sofá para casa”) e ser uma espécie de garantia para

momentos de crise pois, apesar de haver um esquema que pré-determina, mensalmente, a recetora do valor da Abota, o grupo permite ajustamentos para apoiar algum elemento que esteja a passar por alguma necessidade. “Quando o grupo veja que essa tem essa necessidade, por exemplo, é melhor ajudar mesmo essa pessoa, damos a oportunidade a essa pessoa para receber o dinheiro. Em vez de ir pedir lá fora, passamos o dinheiro para ela”.

Este tipo de crédito rotativo permite, portanto, a cada integrante no grupo acumular algum investimento, com o objetivo de que a produção nunca pare e que a fonte de rendimento ajude as famílias a melhorarem as suas condições de vida e combater a pobreza e exclusão social.

QUESTÕES PARA O DIÁLOGO E PARA A AÇÃO

- Identifique 3 pontos de inspiração neste estudo de caso. Justifique-os.
- Reflita sobre o papel dos grupos informais comunitários no desenvolvimento local.
- Teorize sobre a importância do “fundo” criado pelo grupo como forma de sustentabilidade financeira do mesmo.
- Explícite a relação entre emancipação da mulher, combate à pobreza e desenvolvimento comunitário.

Caso elaborado por el Consorcio de Economia Social e Solidária de York St John-Erasmus en colaboracion con Inês Cardoso, Pari-Passu e ATES-UCP.

CASO PRÁTICO

4.3 BAIRRO COOPERATIVO, SANTS

OBJETIVOS RACIONAIS

- Conhecer modelos de gestão comunitária e identitária dentro de um bairro ou comunidade.
- Identificar os fatores que tornam possível o modelo de gestão cooperativo.
- Reconhecer o papel que desempenham os diferentes agentes sociais e políticos para que este modelo de gestão cooperativa possa efetivar-se.

OBJETIVO EXPERIENCIAL

- Avaliar se é possível criar uma nova forma de viver em comunidade, sob um modelo cooperativo de gestão e convivência.

ENQUADRAMENTO

O Sants é um bairro cooperativo de Barcelona. A tradição cooperativa teve origem em meados do século XIX, em plena revolução industrial. Benavides, um dos autores do estudo de caso, lembra que o bairro foi um dos motores da revolução industrial. Segundo ele, “em 1910, em *Sants*, *Hostafrancs* e *Bordeta* havia 50 fábricas com cerca de 14.000 trabalhadores. As

primeiras cooperativas nasceram nestes bairros da classe trabalhadora para satisfazer as necessidades do proletariado, com autogestão e sob princípios éticos e solidários”. No início deste novo século, são vários os grupos deste bairro que continuam a querer funcionar com base na ajuda mútua e considerando a pessoa acima do dinheiro.

CONTEÚDO

Sants, o bairro cooperativo por excelência

Sants é o bairro cooperativo por excelência de Barcelona (Ortiz, 2014) e a grande quantidade de cooperativas nele presentes assim o demonstra. Começamos pela apresentação de uma delas. A cooperativa La Ciutat Invisible tem uma biblioteca cheia de ensaios. Tem uma boa seleção de livros e publicações críticas e independentes assim como roupas que combinam o design com a palavra, uma vez que esta cooperativa, além de biblioteca, presta serviços de desenho, investigação social e urbana e intervenção comunitária. Arretxea (2015, p. 4) destaca que na *La Ciutat Invisible*, além de se receberem os mesmos salários, as decisões tomam-se de forma horizontal. Para manter a sua independência decidiram que o total dos apoios financeiros nunca superaria o total de impostos que tivessem de pagar.

Mesmo ao lado da La Ciutat Invisible situa-se a redação do semanário independente, em catalão, La Directa, porta-voz dos movimentos sociais nos Países Catalães². É apoiado por uma rede de 150 fotógrafos, jornalistas, etc. de todas estas regiões. De acordo com a entrevista a Ferran Domenech, associado do *La Directa*, realizada por Arretxea (2015, p.5): “Vimos de movimentos populares e trabalhamos para os movimentos populares. A nossa tarefa é ajudar a transformar a sociedade, criar alternativas e denunciar os excessos do poder e da repressão”. Continuando com a entrevista de Arretxea a Domenech: “cada um trabalha na sua área mas temos relações pessoais entre nós, no bairro, e apoiamo-nos quando há qualquer tipo de problema. Temos uma consciência

2 Conceito nacionalista catalão. Seriam por definição “o conjunto dos territórios de língua e cultura catalã situados no lado ocidental do mar Mediterrâneo.



de bairro, estamos a construir um projeto comum entre todos”.

O núcleo cooperativo à volta da praça Osca

No número 15 da rua Premià, ao sair-se da praça Joan Peiro, encontra-se o edifício do cooperativismo de Barcelona. Nele situam-se a sede da cooperativa de finanças éticas *Coop57* e uma delegação da cooperativa vinícola e do azeite de inserção social *L'Olivera*. A sede da *Federação de Cooperativas de Trabalho da Catalunha* também se encontra no mesmo edifício.

A *Coop57* é uma cooperativa de serviços financeiros. Os 3.000 associados que lá depositam as suas poupanças ajudam, através de empréstimos, os projetos que têm por objetivo a transformação social. Segundo Arretxea (2015, p. 7), desde 2008, foram concedidos cerca de 1.200 empréstimos, no valor de cerca de 45 milhões de euros, o que demonstra que a solidariedade e o trabalho em rede na área financeira podem ser um grande apoio. Através da revista que envia para casa, a *Coop57* informa os seus associados de todos os projetos que estes apoiaram por terem depositado as suas poupanças na organização. De acordo com o testemunho recolhido por Arretxea, o responsável pela comunicação, Xavi Teis, confirma que o seu “contributo é mostrar que existem outras formas de gerir as finanças, viáveis e úteis para construir uma sociedade mais justa e igualitária”.

O bairro de consumo cooperativo

A cooperativa de consumo *Germinal* é pioneira no que diz respeito a consumo crítico, agro ecológico e de proximidade. A cooperativa *Germinal* propõe um consumo baseado em produtos agro ecológicos de proximidade, produzidos a partir de ESS ou por pequenas empresas que trabalham em prol da transformação social. A *Germinal* aplica esta lógica de funcionamento a todos os bens de consumo habitual: alimentos de todos tipos, produtos de higiene e

de limpeza do lar, etc. Segundo Jordi Ortiz, “tudo o que possibilita o funcionamento da cooperativa: administração, contacto e avaliação dos fornecedores, manutenção dos locais, decisões, divulgação..., baseia-se na participação não remunerada das pessoas”. Ainda segundo Jordi Ortiz, “a grande vitória da *Germinal* tem sido a extensão do seu modelo de consumo crítico autogerido a toda a Catalunha e, quem sabe, a todo o Estado, com a consequente diversificação de modelos organizativos”.

Citemos também a cooperativa *Kop de Mà*, a taberna cooperativa do bairro, onde se dá preferência aos produtos ecológicos, e é um lugar onde as pessoas se podem aproximar e propor iniciativas. É uma taberna onde a carga de trabalho e os salários estão divididos horizontalmente (Arretxea, 2015: 5). A cooperativa de arquitetos *LaCol* funciona da mesma forma. Todas as segundas-feiras, em assembleia, se tomam decisões horizontalmente: aceitar ou não projetos, como dividir o trabalho (Arretxea, 2015: 6). Na *LaCol*, vivem a arquitetura como uma ferramenta para a transformação social e tentam colocar essa mesma abordagem em todas as suas atividades.

Can Batlló

A *Can Batlló* representa o sucesso da perseverança de moradores no domínio cultural. Uma parte importante deste antigo complexo fabril converteu-se num espaço aberto gerido pelos moradores do bairro para atividades culturais (pela biblioteca popular e auditório que estão a ser recuperados) e sociais (bar, mercado, hortas comunitárias, reuniões coletivas...). São muitas e de várias gerações as pessoas que participaram na luta, durante 30 anos, entre o município e os moradores, para que a *Can Batlló* fosse dos moradores e não privatizada. Muitos são os moradores que colaboram na reconstrução e gestão do espaço e na construção de usos e conteúdos comuns (Ortiz, 2014). A *Can Batlló* transformou-se num centro de referência para a ESS transformadora (Arretxea, 2015, p. 8).

QUESTÕES PARA O DIÁLOGO E PARA A AÇÃO

- Identifique as características que fazem com que o Bairro de **Sants** seja considerado o Bairro Cooperativo de Barcelona por excelência.
- Explore as páginas **web** das diferentes cooperativas e analise a linguagem que utilizam, assim como os modelos de gestão que seguem.
- Que fatores tornam possível e viável a experiência do Bairro Cooperativo?
- Como descreveria o novo papel do município e dos agentes sociais dentro do Bairro Cooperativo?
- Que políticas no âmbito social, cultural, ambiental, económico, político deveriam impulsionar o dinamismo do Bairro Cooperativo?
- Que atividades cooperativas do Bairro poderia replicar na sua comunidade/bairro/trabalho?

SAIBA MAIS

Can Batlló: <http://canbatllo.wordpress.com>

Coop57: <http://www.coop57.coop/>

Federação de Cooperativas de Trabalho da Catalunha: <http://www.cooperativestreball.coop>

Germinal: <http://coopgerminal.coop>

Kop de Mà: <https://ca-es.facebook.com/kopdema>

La Ciutat Invisible: <http://laciutatinvisible.coop>

LaCol: <http://www.lacol.org>

La Directa: <http://www.directa.cat>

L'Olivera: <http://www.olivera.org>

Sants: <http://sants.coop>

Caso elaborado por Lander Arretxea, Luis Benavides & Jordi Ortiz, Mondragón Uniberstitatea en colaboracion con el Consorcio de Economia Social e Solidária de York St John-Erasmus



CASO PRÁTICO

4.4 PROJETO CREAARTE – ‘CRECER CON LAS ARTES’, CUBA

OBJETIVOS RACIONAIS

- Identificar as dimensões do capital social dentro do projeto *Crearte*.
- Analisar o desenvolvimento da identidade cultural de uma comunidade através do trabalho que gera desenvolvimento comunitário.
- Refletir sobre os desafios trazidos por este desenvolvimento em países recém-saídos de um bloqueio económico de mais de 50 anos.

OBJETIVOS EXPERIENCIAIS

- Tomar consciência da importância dos valores da identidade nacional e regional como elementos do capital social e parte integral dos projetos comunitários.

ENQUADRAMENTO

O Projeto *CREARTE: Crecer con las Artes* é promovido pela Direção Municipal de Cultura na Província de Pinar del Río, uma das 15 províncias de Cuba, no extremo ocidental da ilha e do arquipélago. O projeto localiza-se no Conselho Popular “Hermanos Balcón” do município Pinar del Río, situado na zona urbana da cidade, com uma extensão de 2,2 km quadrados e uma população de cerca de 11.525 habitantes. As suas 10 circunscrições situam-se na reconhecida “zona tradicional” da capital Pinar del Río e do Conselho Popular “El Vizcaíno”.

O Conselho Popular “Hermanos Balcón” possui um elevado valor social, cultural e patrimonial por ter sido, ao longo do tempo, cenário de importantes acontecimentos e, além disso, por incluir sítios tão importantes como foram o segundo centro histórico da cidade, a *Plaza da Cárcel*, atual Fábrica de Tabaco “Francisco Donatién”, e o terceiro e definitivo centro histórico de Pinar del Río, *La Loma de Cuni*, atual *Parque da Independencia*.

Tendo em consideração as necessidades sociais, culturais e espirituais constatadas a partir do diagnóstico realizado no Conselho Popular “Hermanos Balcón” - que, entre outros aspetos, incluiu as fraquezas, as forças, as ameaças e oportunidades do Conselho, a análise da procura a nível cultural dos seus habitantes, as potencialidades dos diferentes grupos etários e das instituições culturais existentes na comunidade (bem como a experiência acumulada na província pelos projetos comunitários) -, a 5 de novembro de 2012, um grupo de atores sociais entre os que se encontravam promotores culturais, professores e estudantes da Faculdade de Ciências

Sociais e Humanas da Universidade de Pinar del Río (cuja sede municipal principal se situa no Conselho) e o reconhecido artista plástico e escritor Néstor Montes de Oca, surge a ideia de criar o Projeto Sociocultural Comunitário “CREARTE: CRECER CON LAS ARTES” com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade da população do Conselho Popular através da:

- Dinamização da vida sociocultural da comunidade através das artes.
- Promoção dos valores artísticos, sociais, patrimoniais e culturais da localidade.
- Promoção da cultura e dos valores da identidade nacional e regional e do interesse pela história local.

Concebido em três linhas estratégicas (a artística, a sociocultural e a integradora), o projeto, desde a sua fundação, propôs-se promover o desenvolvimento artístico-cultural da comunidade, através de **workshops** de artes plásticas, literatura, dança, música e teatro, contando para isso com a intervenção de diversos agentes de desenvolvimento cultural comunitário, promotores, professores de arte e gestores culturais, de forma a conseguir-se a integração do CREAARTE nas dinâmicas da comunidade.

Em Cuba os projetos comunitários pretendem ser espaços de iniciativa e desenvolvimento local através dos quais se articulam, de forma coerente, diferentes fatores com a função de dinamizar as potencialidades das comunidades e contribuir, entre outros aspetos, para a melhoria da qualidade de vida da população, para a solução dos seus problemas e para a transformação das suas realidades.

CONTEÚDO

O presente trabalho tem como objetivo dar a conhecer o impacto social e educativo do projeto sociocultural comunitário “*CREARTE: Crecer con las artes*”. Em particular, detalhar-se-á a repercussão que desde o seu surgimento, tem tido - não apenas nos seus beneficiários diretos mas, também, nos pais e membros das famílias associadas, nos próprios gestores e promotores da iniciativa e na comunidade em geral.

Para a comunidade em geral, o *CREARTE* produz os seguintes benefícios:

- Desenvolvimento a médio e longo prazo da cultura artística baseada em valores estéticos e éticos superiores.
- Aumento da qualidade de vida dos seus membros e de oportunidades a favor do bem-estar comum.
- Contribuição para o sentido de pertença e para a revitalização das suas tradições.

Entre os beneficiários diretos do projeto encontram-se os membros do Conselho Popular, em primeiro lugar,

as crianças que participam no *CREARTE*, através dos diferentes workshops artísticos, pais e familiares, além de estudantes, professores e outros trabalhadores de jardins-de-infância, escolas primárias, secundárias e pré-universitárias, situadas na zona do Conselho. Os beneficiários também incluem pessoas de diferentes grupos etários que se vão juntando ao projeto enquanto espaço de desenvolvimento.

Juntaram-se ao Projeto artistas e escritores reconhecidos, de Pinar del Río, como o próprio Néstor Montes de Oca Fernández, Lorenzo Suárez Crespo, Margarita Rodríguez Arencibia, o historiador da cidade Juan Carlos Rodríguez e membros ativos da União de Historiadores de Cuba, como Pedro Luis Hernández Pérez. Além disso, conta com o apoio e a participação de instituições como a Companhia de Teatro Lírico “Ernesto Lecuona”, a Sociedade Cultural “José Martí”, a Direção Municipal de Educação, a Brigada “José Martí”, entre outras.

As organizações de massa, os organismos e locais de trabalho e as organizações políticas do Conselho Popular são beneficiários indiretos do *CREARTE*.

Avaliação do impacto social e educativo do *CREARTE*



Os resultados esperados e atingidos desde a criação do *CREARTE* realçam mais os benefícios que os custos e, dificilmente, podem apreciar-se de forma tangível e imediata. Projetam-se melhor a médio e longo prazo e ainda que, do ponto de vista económico, se torne impreciso avaliar o impacto, por ser um projeto sociocultural comunitário sem fins lucrativos, o seu alcance social e humano é visível na vida sociocultural da comunidade, na formação de uma personalidade plena, que abarca não apenas o desenvolvimento do talento artístico mas, também, valores humanos, éticos, culturais, de identidade e sentido histórico-patrimonial.

As atividades da *CREARTE* incluem um vasto número de atividades de carácter sociocultural, educativo e artístico chamadas a gerar, paulatinamente, um movimento a favor do reavivar da comunidade, do seu bem-estar e transformação:

- *Workshops* de criação artística (música, teatro, artes plásticas, dança, literatura)
- O reavivar de espaços e de acontecimentos de alto valor histórico-patrimonial.
- Revitalização das tradições através de diferentes manifestações da cultura popular (festas e bailes tradicionais; gastronomia tradicional; tecidos e bonecos; música tradicional, incluindo a camponesa; jogos tradicionais).
- Aumento da oferta cultural, recreativa e social da comunidade a partir das próprias atividades promovidas pelo projeto.

O projeto abarca todas as manifestações de arte e implica uma série de ações direcionadas a contribuir para uma alteração substancial na comunidade. Nesse sentido, uma das primeiras ações empreendidas

pelo CREARTE, foi o desenvolvimento de *workshops* de criação artística dirigidos a uma faixa etária com potencialidades criativas: crianças da comunidade.



Foram promovidos outros espaços pelo *CREARTE* de inquestionável impacto social e educativo como os workshops de apreciação e criação literária “Como una flor y nada más” e “La Rosa Blanca”, coordenados pelo próprio Néstor Montes de Oca e por Lorenzo Suárez Crespo.

O workshop “Como una flor y nada más” - parte da célebre frase da escritora Gabriela Mistral, musicalizada por Teresita Fernández e assumida por Néstor como slogan para o convite às crianças da comunidade para se reunirem na última sexta-feira de cada mês na Biblioteca Provincial “Ramón González Coro” – tinha como objetivo principal o incentivar hábitos da leitura, de vincular mais as crianças ao trabalho artístico da província e, fundamentalmente, de cultivar e enriquecer o intelecto e o espírito através do humanismo na arte.

Gosto muito de participar no workshop com o professor Néstor – diz o Sergio, um dos participantes. Além de partilhar os seus contos connosco, convida sempre algum escritor infantil. Graças a isso, pude conhecer Alberto Peraza, René Valdés, Marcia Jiménez e outros escritores muito reconhecidos na província. Desde que participo no workshop, criei o hábito de ler algo todas as noites antes de dormir.



O workshop está concebido para estimular o pensamento criativo dos participantes e para lhes desenvolver o apreço pela arte. Cada encontro tem início com a leitura de algum extrato do “Ismaelillo” de José Martí, passando-se do debate ou reflexão à leitura de poemas do próprio Néstor compilados em obras como “Magia de Luna llena”, “Agua crecida” ou “Retablo”.

Divirto-me cada vez que participo no workshop com o professor Néstor - reconhece Yaima uma das participantes. Além de ser um maravilhoso escritor, é um grande ator. As primeiras vezes que o vi como palhaço Comebolanão imaginei que fosse mesmo ele, ainda que às vezes reconhecesse uma voz familiar. Na verdade, é muito simpático e espirituoso. Agora gosto de ler tudo o que me chega às mãos, principalmente, os seus contos e poemas, os de Nersys Felipe, e os de José Martí.

Os resultados do *CREARTE* foram reconhecidos em diferentes instâncias institucionais como a UNEAC, Dirección Provincial de Cultura, Centro Provincial de Casas de Cultura, o Ministério da Cultura, a AHS, Assembleia do Poder Popular, bem como em eventos regionais de intercâmbio comunitário e de carácter científico como fóruns, conferências, simpósios e encontros. Em particular, reconheceu-se socialmente o mérito de Néstor Montes de Oca e de Lorenzo Suárez pelo seu trabalho como educadores a favor do desenvolvimento cultural da sociedade de Pionar del Rio e pela salvaguarda das nossas tradições e identidade.



Impacto do CREATe nos gestores, formadores e promotores do Projeto

Além de ser uma experiência positiva e frutífera para as crianças da comunidade, o projeto teve um impacto importante na perspectiva dos/das próprios/as gestores/as, formadores/as e promotores/as culturais que o coordenam.

Para eles, o CREATe significou um espaço de desenvolvimento profissional. Uma experiência que, além de ter posto à prova os conhecimentos e capacidades enquanto gestores culturais, foi um desafio.

Para os formadores e gestores culturais resultou muito bem a experiência que adveio das visitas desenvolvidas pelos membros do CREATe a outros projetos comunitários como o “Patio de Pelegrín”, a Companhia de Teatro Lírico “Ernesto Lecuona” e das exposições de artes que tiveram lugar em Pinar del Río e em Habana. Resultante destas visitas propiciaram-se interessantes intercâmbios com membros de outros projetos e professores de arte, o que resultou

em experiências positivas para enriquecer a visão própria de cada um.

A visita ao Patio de Pelegrín enriqueceu-me muito do ponto de vista profissional, afirma Néstor. Foi interessante o intercâmbio, trocar experiências, ver as crianças a trabalhar, analisar na prática os seus métodos de trabalho, a sua visão sobre o trabalho comunitário.

Em jeito de conclusão

No geral, o projeto CREATe tornou-se uma experiência positiva, de resultados concretos, que comprovam a sua pertinência social, o seu valor enquanto projeto sociocultural comunitário. O impacto social e educativo que teve no desenvolvimento integral da personalidade dos seus beneficiários manifesta-se tanto desde o ponto de vista cognitivo como socio-afetivo - nas capacidades e conhecimentos de artes plásticas, literatura, teatro e música que desenvolveram, além de influenciarem seu gosto estético, a sua capacidade de apreciação e criação artística, o seu sentido de responsabilidade, cooperação, respeito pelos outros, pela história do país, da localidade e das suas tradições.

QUESTÕES PARA O DIÁLOGO E PARA A AÇÃO

- Como se descreveria a geração de capital social através do projeto CREATe?
- Que fatores sociais, políticos têm influência direta na criação desse capital social?
- Analise os objetivos do projeto CREATe relativamente à abertura da ilha, após muitos anos de isolamento.
- Identifique dois projetos de desenvolvimento comunitário que concorram para os mesmos objetivos do CREATe e elaborar indicadores que demonstrem o seu impacto.

Estudo de caso creado por Dr. C. Juan Silvio Cabrera Albert, Filial APC Pinar del Río. e Dr. C. Miwon Choe, Western Kentucky University en colaboracion con el Consorcio de Economia Social y Solidaria de York St John-Erasmus



5. ATIVIDADES PEDAGÓGICAS

5.1. CRIAR E MANTER VIVO O CAPITAL SOCIAL

Título	Criar e manter vivo o capital social
Tema	Análise de como a organização cria e mantém vivo o seu capital social
Tamanho do grupo	Grupos de 3 ou 4 pessoas
Tempo necessário	2 semanas para a etapa de exploração e análise; 1 hora em sala de aula.
Objetivos de aprendizagem	- Compreender o processo de formação do capital social - Analisar as atividades que promovem a formação do capital social dentro de uma organização e como pode este desenvolver-se.
Competências a desenvolver	- Ser capaz de identificar formas de criar e manter vivo o capital social de uma organização. - Reconhecer a importância de confiar e de ser confiável para alimentar o capital social dentro das comunidades.
Palavras-chave	Capital social, individual, organizacional e comunitário
Materiais necessários	Uma folha com os 4 níveis de capital social, seguindo o modelo da secção dialógica deste capítulo.
Instruções	Explicar a tarefa aos formandos pelo menos com duas semanas de antecedência ao desenvolvimento da atividade em sala de aula. O objetivo é que os formandos possam realizar contactos prévios com a/s organização/ções sobre as quais realizará o trabalho. 1º passo: (antes do desenvolvimento da atividade em sala) Selecione o empreendimento social sobre o qual vai ser realizado o trabalho. Análise como se cria e mantém vivo o capital social nos seguintes níveis: - Entre pessoas - Entre a pessoa e a organização - Entre a organização e a comunidade - Entre organizações Escreva cada nível no quadrante correspondente. Utilize uma página por nível, se achar necessário. 2º passo: Em sala de aula, partilhe os resultados com os seus companheiros. Refleta sobre as seguintes perguntas: - Considerando os quatro níveis, qual deles é o mais predominante na organização analisada? Porquê? - Que benefícios teria a organização criando capital social nos níveis em que este não está desenvolvido? - Que tipo de atividades seriam recomendadas para fortalecer o capital social nesses níveis? Que plano de ação se poderia propor? 3º passo: Planifique as atividades a realizar, nesse plano de ação, em coordenação com a pessoa de contacto na organização analisada. Desenhe os indicadores necessários para demonstrar as mudanças esperadas com a concretização das atividades de reforço do capital social. 4º passo: Sugira à organização o desenvolvimento do plano de ação, definindo atividades a curto, médio e longo prazo.
Referências	Consorcio YSJ Erasmus Economía Social - Capítulo 6 – Capital Social e influência política
Notas	É fundamental não esquecer de pedir todo o tipo de autorizações necessárias, não só ao nível d organização a analisar, mas também das pessoas com quem se realizará o trabalho.
Contacto	Consorcio de Economia Social e Solidária de York St John-Erasmus Margaret Meredith e Catalina Quiroz, UK www.yorksj.ac.uk/socialeconomy

**5.2 O CAPITAL SOCIAL EM GRUPOS INFORMAIS**

Título	O capital social em grupos informais
Tema	A importância do capital social
Tamanho do grupo	Entre 10 e 20 formandos
Tempo necessário	120 minutos
Objetivos de aprendizagem	▪ Refletir sobre a importância do capital social em grupos informais, nomeadamente em contexto africano ▪ Refletir sobre a importância do capital social pessoal na vida diária ▪ Refletir sobre estratégias de construir e reforçar o capital social
Competências a desenvolver	▪ Desenvolver espírito reflexivo ▪ Criar espírito de empatia, colocando-se no papel do outro ▪ Mobilizar conhecimentos e criatividade para apresentar soluções
Palavras-chave	Capital social; grupos informais; crédito rotativo
Materiais necessários	Cópias com o seguinte excerto de uma entrevista realizada em Moçambique a uma representante de um grupo de Xitique. «Entrevistador (E). Pode-me falar sobre a história do grupo em que participa? Dona Beatriz (DB). Eu conheci estas pessoas na escola, formamos um grupo de Xitique de doze pessoas e começamos por dar cada mês seiscentos e cinquenta meticais [moeda moçambicana]. E. E isso foi quando? DB. Isso em 2008. (...) Andámos e andámos e vimos que o dinheiro era pouco. Aumentámos para 1200. Andámos e andámos e vimos que dava para aumentar, porque as pessoas são sérias. Agora estamos a fazer por dois mil. E. Porquê estar nesse grupo? O que gosta nesse grupo? DB. Gosto porque ajuda muito. É para aumentar o rendimento porque, por exemplo, pretendo casar, pretendo ter o meu carro com o meu marido. E o xitique veio-nos ajudar. Tenho casa por causa desse sistema. E. E porquê este grupo e não outro grupo de Xitique? Aqui em Moçambique existem vários grupos de Xitique, porquê esse? DB. Este vale a pena, porque as pessoas são sérias. E. Como assim? DB. Tiram o dinheiro na mesma hora, no mesmo dia. Nunca tivemos problemas. E. Então e vocês têm uma maneira de se encontrarem e discutirem os assuntos? DB. Sim, sempre temos que nos encontrar na segunda semana. Vamos a casa de alguém. E. Aquele que vai receber o dinheiro do mês? DB. Essa pessoa tem que preparar comida, bebida. E. Há festa? DB. Sim. E. E quem decide quem vai ser a próxima pessoa a receber? Como são as decisões em geral, dentro do grupo? Quem participa? DB. Nós todos. Por exemplo, há quem tenha preocupação de querer dinheiro, se for uma emergência, pode pedir e será a primeira pessoa. Não há problema, damos o dinheiro.»

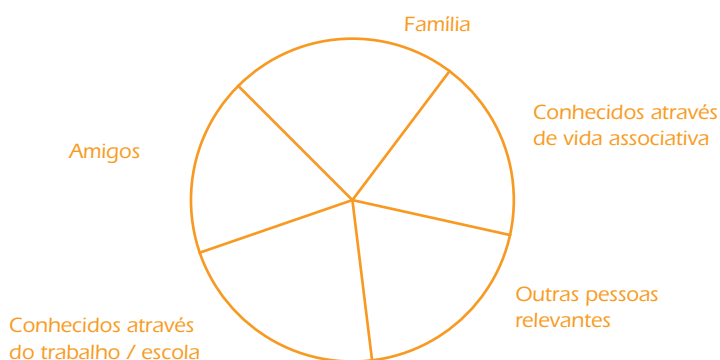
**Instruções****1. Preparação:**

Introdução do exercício explicando que se pretende trabalhar em grupos, analisando uma situação concreta e, a partir daí refletir e tirar conclusões. A cada grupo será entregue o excerto da entrevista para que possam analisá-lo.

2. Implementação, passo a passo:

- O grupo de formandos deve ser dividido em quatro grupos;
 - É explicado aos grupos que irão ser realizadas diversas atividades no sentido de se refletir sobre a importância do capital social para uma organização de economia social:
- 2.1 Deverá ser distribuído material com excertos de uma entrevista real e explicado que cada grupo terá de o analisar, refletir e apresentar conclusões;
- A situação referida na entrevista é apresentada, em termos gerais, aos quatro grupos, em conjunto:
 - “Apresentamos um excerto de uma entrevista realizada a um grupo informal de Xitique (grupo de poupança e crédito rotativo – ver literatura do capítulo), de Moçambique.”
 - São apresentados, aos grupos, os pontos de reflexão, que devem ser analisados com base na entrevista e na parte teórica do capítulo, nomeadamente na literatura relativa ao contexto africano:
 - a. Quais as motivações para participar num grupo destes?
 - b. Que perigos podem ameaçar estes grupos?
 - c. Que fatores são referidos como importantes para o bom funcionamento do grupo?
 - d. Em que medida esses fatores estão relacionados com o capital social?
 - Cada grupo tem tempo para ler o texto, para o debater e refletir, de forma a tirar conclusões a serem apresentadas em plenário;
 - O porta-voz de cada grupo apresenta, em plenário, as conclusões a que o grupo chegou;
 - É dado tempo para debate entre os diversos grupos.

2.2 Mantendo os grupos, é entregue, o seguinte modelo (pode ser entregue em cópias previamente preparadas ou pode ser desenhado no quadro, por exemplo):



- Cada formando é convidado a analisar a sua rede de capital social em cada uma das áreas apresentadas, escrevendo o nome de pessoas com quem mantenha contactos frequentes.
- Deve refletir-se, em grande grupo, a importância do capital social para situações reais da vida diária.

2.3 Ainda em trabalho de grupo, pede-se que apontem 10 atividades/estratégias para reforçar o capital social dentro de uma comunidade;

Ex: Organizar uma festa para os colegas de trabalho;

- Participar em eventos de verão, como festivais de música;
- Iniciar uma horta coletiva (...)
- Partilha das conclusões em grande grupo.

3. Conclusão:

O formador deve sistematizar as principais conclusões dos grupos, com base nas suas anteriores aprendizagens neste capítulo.



Referências	Rosalind Edwards as a Suggested Work and Family Class Activity for the Sloan Networks' Resources for Teaching section - https://workfamily.sas.upenn.edu/archive/activities/mapping-your-social-capital-suggested-work-and-family-class-activity "100 Things You Can Do to Build Social Capital" (Saguaro Seminar: Civic Engagement in America project at Harvard's John F. Kennedy School of Government at Harvard) - http://www.bettertogether.org/pdfs/100Things.pdf
Notas	O formador terá de preparar-se, previamente, levando as cópias necessárias para a local da formação. Para a realização desta atividade é importante que os formandos tenham lido a parte teórica do capítulo, nomeadamente a secção correspondente ao contexto africano.
Contacto	La Salete Coelho e Miguel Filipe Silva Consórcio York St John de Economia Social ceaup.lasaletecoelho@gmail.com

6. COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS

NÍVEL 1	CAMPO DE COMPETÊNCIAS	Explicação adicional e descritores das Competências: COMPREENSÃO E CONHECIMENTO ABRANGENTE SOBRE O CAPITAL SOCIAL NA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA	ATIVIDADES DE AUTOAVALIAÇÃO
Tecido do capital social e o seu fortalecimento Intercooperação	Capital Social, conhecimento, valores e atitudes	Ter um entendimento abrangente sobre o papel e as dimensões do capital social na criação e sustentabilidade de uma cultura de economia social e solidária: Capital Social Individual - Investir tempo no desenvolvimento da inteligência intrapessoal: reflexiva e consciente. - Considerar-se uma pessoa altamente resiliente. - Aceitar e aprender com os próprios erros. - Procurar oportunidades para conhecer outros interesses, necessidades e motivações. - Cultivar e demonstrar empatia e compaixão por si mesmo e pelos outros. Capital Social Organizacional - Criar vínculos e pontes entre os grupos de interesse com quem se trabalha. - Criar e fomentar relações horizontais no interior da organização. - Encontrar alternativas para os problemas e desafios do grupo de trabalho e da organização. - Manter a energia e otimismo dentro das equipas de trabalho. - Criar confiança entre colegas de trabalho e grupos de interesse com quem se trabalha. - Exercer uma liderança facilitadora e inclusiva para cultivar e desenvolver o capital social da organização. Capital Social Comunitário - Criar um sentimento de confiança dentro dos diversos grupos de interesse da comunidade. - Fomentar o uso criativo dos recursos existentes para benefício do maior número possível de pessoas. - Contrariar a influência negativa do capital social dentro da comunidade. - Lutar pela igualdade de tratamento e de oportunidades dentro da comunidade.	- Faço o mapeamento dos grupos de interesse-chave para a Universidade, que se encontrem no seu raio de ação. - Organizo, com regularidade, encontros informais para reunir as pessoas. - Organizo uma biblioteca para “partilhar” objetos de e para a comunidade e assim unir e fazer a ponte entre a Universidade e a comunidade. - Descubro porquê e como os empreendedores sociais podem e devem procurar e obter capital social nas suas dimensões relevantes.



NÍVEL 1	CAMPO DE COMPETÊNCIAS	Explicação adicional e descritores das Competências: COMPREENSÃO E CONHECIMENTO ABRANGENTE SOBRE O CAPITAL SOCIAL NA ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA	ATIVIDADES DE AUTOAVALIAÇÃO
Tecido do capital social e o seu fortalecimento Intercooperação	Evidências e indicadores de Capital Social	Entender claramente como estabelecer indicadores relevantes e adequados para demonstrar a transformação e o impacto que o capital social incorpora nas organizações da economia social e solidária, de acordo com: ▪ Obrigações e expectativas dos empreendedores sociais ▪ Criação de confiança ▪ A partilha de normas e condutas ▪ A partilha de compromisso e sentimentos de pertença ▪ Redes sociais formais e informais ▪ Reciprocidade e mutualidade ▪ Confiança ▪ Canais de informação efetivos Identificamos o uso e efeitos negativos do capital social nas suas diversas dimensões, tais como: ▪ Corrupção ▪ Abuso de poder ▪ Desconfiança	▪ Criar uma lista de indicadores-chave para cada uma das formas de capital social especificadas para os empreendimentos da economia social e solidária. ▪ Ilustrar a variedade dos efeitos, impactos, usos e obstáculos das diferentes formas de capital social. ▪ Convocar a comunidade para conversar abertamente sobre os efeitos e usos negativos do capital social e sobre como os enfrentar.

